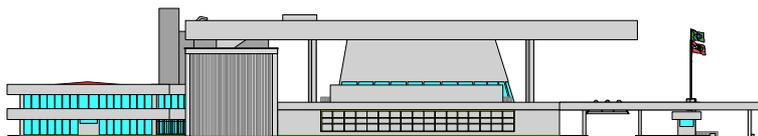


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 26 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.174

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Gôes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Gôes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

DIRETORIA LEGISLATIVA	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE	ÍNDICE
<p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<div data-bbox="719 353 930 584" style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2174 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>Plenário Ata da 011ª Sessão Especial realizada em 21/05/20102</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL.....9 Ata da Mesa DL.....10</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública.....10 Lei14 Medida Provisória.....15 Ofícios.....17 Portarias20 Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória.....21 Projeto de Emenda Constitucional.....21 Projetos de Lei.....22 Projetos de Lei Complementar23 Projeto de Resolução24</p>

P L E N Á R I O

ATA DA 011ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2010, ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO HOMENAGEM À FEDERAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - FAMPESC PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO DIRCEU DRESCH

SUMÁRIO

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Ressalta as conquistas e as dificuldades do setor da micro e pequena empresa no estado.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Relembra sua história de parceria com a Fampesc.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Enfatiza o importante papel da microempresa como empregadora e parabeniza o setor pelo bom atendimento ao cliente.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Frisa a importância do trabalho desempenhado pela Fampesc e afirma que o espírito empreendedor catarinense se traduz pela força e pujança das micro e pequenas empresas.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Defende um estado mais econômico e eficaz, que ofereça apoio e infraestrutura para o desenvolvimento da micro e pequena empresa.

ANACLETO ANGELO ORTIGARA - Refere-se à relação do Sebrae com as micro e pequenas empresas.

JOSÉ TARCÍSIO DA SILVA - Aborda a luta da Confederação Nacional das Micro e Pequenas

Empresas para amenizar os problemas dos micro e pequenos empresários.

CLOIR DASSOLER - Alerta sobre os perigos do projeto de substituição tributária e apela às entidades de classe que se mobilizem e impeçam o que considera um retrocesso.

MÁRCIO MANOEL DA SILVEIRA - Apela por juros mais baixos, atualização da tabela do Simples e participação em programas de incentivo ao setor da micro e pequena empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor Lauro Andrade, diretor-geral da secretaria de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador Leonel Pavan; (Palmas)

Senhor Márcio Manoel da Silveira, presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, Fampesc;

(Palmas)
Senhor José Tarcísio da Silva, presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

(Palmas)
Senhor Antônio Carlos Zimmermann, presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)
Senhor Anacleto Ângelo Ortigara, diretor-técnico, neste ato representando o Sebrae;

(Palmas)
Excelentíssimo senhor deputado estadual Darci de Matos, representando a bancada do Democratas;

(Palmas)
Excelentíssimo senhor deputado estadual Renato Hinnig;

(Palmas)
Excelentíssimo senhor deputado estadual Dieter Janssen;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Reno Caramori;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras, senhores e nobres deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina pela passagem dos 25 anos de fundação.

Neste momento, passaremos à execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Na sequência assistiremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Queremos registrar a presença de algumas lideranças que nos prestigiam nesse encontro, nesta noite.

Professor Maurício Tobias, secretário de Desenvolvimento Econômico, neste ato representando o sr. Rufinus Seibt, vice-prefeito do município de Blumenau;

Senhor Fernando Braga, assessor, neste ato representando o sr. Edinho Bez, deputado federal;

Senhor Danilo Deitos, vice-prefeito do município de Ouro;

Senhora Hanelore Hedler, vice-prefeita do município de Trombudo Central;

Senhora Glória Grah Bilk, vereadora do município de Chapadão do Lageado;

Senhor Sebastião Machado, secretário municipal do Meio Ambiente do município de Chapadão do Lageado;

Senhora secretária municipal de Cultura e Educação do município de Agrolândia;

Senhor Guilhermino Bilk, secretário municipal de Agricultura, Indústria e Comércio do município de Chapadão do Lageado;

Senhor Amarildo Michels, secretário municipal de Turismo do município de Agrolândia;

Senhora Fabiana Dickmann, secretária municipal de Turismo e Cultura do município de Trombudo Central;

Senhor Marco Aurélio Garcia, assessor parlamentar, neste ato representando o excelentíssimo deputado estadual Silvio Dreveck;

Senhor Alcantaro Corrêa, presidente da Fiesc;

Senhor Pedro Lopes, presidente da Fetranesc;

Senhora Sueli Fritsche, vice-presidente da região sul do Movimento Nacional das Micro e Pequenas Empresas;

Senhor José Zeferino Pedrozo, presidente da Faesc;

Senhor Carlos Alberto Pintarelli, representando a Ampe de Blumenau;

Senhor Claudinei Adair Klaus, presidente da Ampe de Araquari;

Senhor Erimar de Souza, presidente da Ampe do Alto Vale;

Senhor Ivanir de Moura, presidente da Ampe de São José;

Senhor Rainwald Müller, presidente da Ampe de Lages;

Senhor Antoninho da Silva, presidente da Ampe de Indaial e Timbó;

Senhor Luiz Carlos Silva de Souza, presidente da Ampe de Tubarão;

Senhor José Eduardo de Souza, presidente da Ampe de Gaspar;

Senhora Rosimere Bittencourt Vieira, representando a Ampe de Criciúma;

Senhor Jean Marcos Dombroske Correa, presidente do Instituto Ajourpeme;

Senhor Luiz Carlos Floriani, presidente da Associação das Organizações do Microcrédito de Santa Catarina;

Senhor Silvio Rangel Figueiredo, ex-presidente da Fampesc.

Convido também para fazer parte da mesa a sra. Maria Salete Pacheco, presidente do Conselho Deliberativo da Fampesc.

Farei uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão, e convido o deputado Renato Hinnig para presidir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - (Passa a ler.)

"Boa-noite a todos os presentes, aos representantes das entidades e das associações de micro e pequenas empresas, a todas as demais lideranças já citadas aqui, aos deputados.

O ano de 2004, com certeza, foi marcado pela criação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Mas, também, essa história de luta da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina cria no Brasil, no estado de Santa Catarina, uma perspectiva muito positiva de organizações, mas também de políticas públicas para as nossas micro e pequenas empresas.

Nós assumimos a presidência da subcomissão da Assembleia Legislativa que tratou da implantação da Lei Geral e juntos construímos aqui a perspectiva desse grande momento. E nessa homenagem, relembro esses 25 anos de história, agradeço, de fato, a presença de todos vocês.

As microempresas, como pequenos negócios, cumprem uma grande função, servindo de pilar na sustentação da economia nacional, tanto pelo número de estabelecimentos e distribuição geográfica quanto pela sua capacidade de gerar empregos. Ainda que reconhecida sua importância socioeconômica, o setor encontra sérios obstáculos ao seu crescimento, como a sustentabilidade e a competitividade.

Em 2006 foi sancionada a Lei Complementar n. 123, que criou o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que tinha por objetivo estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado a ser dispensado às micro e pequenas empresas.

O Simples Nacional foi criado com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas brasileiras, no âmbito dos governos federal, estadual e municipal.

As microempresas respondem atualmente por 99% dos negócios formalmente estabelecidos no Brasil e por 60% da geração de empregos. Hoje existem cerca de 120 mil pequenas e microempresas formalizadas em Santa Catarina. Elas empregam mais de 60% da mão de obra ativa no estado e representam 98% das empresas aqui instaladas.

Em 2007 idealizamos e constituímos a subcomissão da Lei Geral da Microempresa nesta Casa Legislativa. Em parceria com o Sebrae e a Fampesc, percorremos todas as regiões do estado para discutir a implementação da Lei do Super Simples em Santa Catarina. Foram 14 audiências públicas e diversos seminários municipais. Os encaminhamentos e propostas levantados nesses debates foram fundamentais para avançar em questões tratadas junto ao governo do estado e principalmente para consolidar as propostas de mudanças na Lei Geral no Congresso Nacional.

Essas mudanças garantiram a ampliação de direitos, a inclusão de mais setores e a criação da figura do empreendedor individual, que está possibilitando a inclusão de empreendedores brasileiros que se encontravam na informalidade. Só em nosso estado mais de 11 mil pessoas puderam formalizar sua atividade profissional por meio desse avanço que é o empreendedor individual.

A frente da subcomissão da microempresa, apresentamos projeto que regulamenta a legislação estadual ao que está definido no art. 5º da Lei Geral de Microempresa, obrigando a administração pública estadual a conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas. Esse projeto foi aprovado e sancionado no ano passado. Agora estamos orientando os municípios para que eles façam o mesmo e que fortaleçam essa importante conquista que é a abertura do mercado institucional público para as microempresas. É preciso que as pessoas conheçam e façam valer a força dessa lei.

Neste ano de 2010, ao comemorarmos 25 anos de existência da Fampesc, o cenário para as micro e pequenas empresas é bem diferente daquele da época de sua fundação. Há 25 anos não existia um movimento organizado, o segmento não contava com as leis e os mecanismos de apoio existentes e as micro e pequenas empresas concorriam no mercado de forma desequilibrada. Atualmente, graças ao trabalho de todos os senhores e senhoras que aqui estão e de muitos que já se foram, as micro e pequenas empresas têm seu espaço em todas as esferas de governo e da sociedade civil organizada, também têm seu valor reconhecido como geradoras de riqueza, renda e empregos movimentando a economia deste país.

Quero destacar aqui que todos esses avanços resultaram de uma longa caminhada de trabalho e cooperação. Como já mencionamos, muitas conquistas podem ser contabilizadas, como as mudanças na Lei Geral, a criação do empreendedor individual, a aprovação da lei que dá preferência às microempresas nas licitações públicas e a criação do Fórum Estadual Permanente das Microempresas, do qual também faço parte representando a Assembleia Legislativa, junto com a Fampesc e outras importantes entidades catarinenses.

Mas sabemos que é preciso avançar muito. Temos uma carga tributária elevada, a guerra fiscal persiste, além de outras injustiças fiscais que precisam acabar. O governo estadual abre mão de receber cerca de R\$ 4 bilhões por ano ao conceder isenções e renúncias fiscais, mas a quase totalidade desses recursos não chega às micro e pequenas empresas. Agora o governo do estado resolveu implantar o regime de substituição tributária e com isso acabou criando um conjunto de problemas para as nossas micro e pequenas empresas.

Quero, mais uma vez, reconhecer o importante trabalho desenvolvido pela Fampesc nesses 25 anos, parabenizando todos os homens e mulheres que deixaram cravados seus nomes na história do desenvolvimento das micro e pequenas empresas catarinenses. Homenagear essa instituição é reconhecer e ao mesmo tempo fortalecer o papel da formalização no avanço social, para que todos nós, com nossas mãos, possamos continuar a construir as riquezas deste país."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig) - Devolvo a presidência dos trabalhos ao deputado Dirceu Dresch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, que também tem atuado junto às micro e pequenas empresas em nosso estado.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Cumprimento de forma especial o deputado Dirceu Dresch, que preside esta sessão; cumprimento também os deputados Reno Caramori, Darci de Matos e Dieter Janssen, os demais integrantes da mesa, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Estou feliz, sempre acreditei e acredito no associativismo e tenho orgulho de haver participado desse movimento. Vejo aqui rostos conhecidos, como Pedro Cascaes e Haroldo Neitske, mas lembro também de Eldon Jung, que não está presente, além de tantas pessoas que fizeram esse movimento acontecer.

Enquanto o deputado Dirceu Dresch falava, fiquei relembrando desde quando começou o meu relacionamento com esse setor. Se não me engano, foi em 1972, quem sabe um pouco antes, quando Eldon Jung presidia a Fampesc. Na oportunidade éramos diretor do Sindicato dos Fiscais da Fazenda e auditor fiscal e colocamo-nos à disposição do presidente para participar de discussões a respeito dos problemas da micro e pequena empresa, principalmente no que se referisse ao relacionamento com a Fazenda.

Eu me lembro que o Eldon topou o desafio e quando ele me apresentava nas reuniões, eu ouvia alguns burburinhos do tipo: "Mas o Eldon ficou louco em trazer um auditor fiscal para conversar conosco? Não vamos poder discutir os assuntos na frente dele!"

Mas foi dessas discussões que nasceu o projeto da isenção da micro e pequena empresa em Santa Catarina. Em 1995, já com Haroldo Neitske na presidência, reunimo-nos com as lideranças do segmento e elaboramos o texto que, afinal, foi aprovado naquele mesmo ano. E Santa Catarina foi o estado precursor nessa isenção.

Dali para frente o nosso relacionamento somente veio a se estreitar. Lembro-me que junto com Haroldo, também aceitando um desafio provocado por ele, saímos pelo estado afora para conversar com as lideranças da micro e pequena empresa para incentivá-las a criar em cada município de Santa Catarina a Ampe - Associação da Micro e Pequena Empresa. E várias Ampes foram criadas naquela oportunidade, o que veio a fortalecer cada vez mais esse segmento.

Assim, eu me orgulho muito de haver participado de todas essas etapas e agora, como deputado estadual, tenho estado atento aos interesses desse segmento nesta Casa, tanto é que na última semana fomos o autor do requerimento que ensejou a realização de audiência pública destinada a discutir a questão da substituição tributária, que está criando diversos problemas não só para a micro e pequena empresa, mas também para os contabilistas, que têm a responsabilidade de registrar os fatos acontecidos.

Decorrente dessa audiência, a Fazenda iniciou um processo de discussão interna. E hoje, quando estive lá verificando com os técnicos como estava o andamento das preocupações elencadas por ocasião da audiência pública, saí contente porque a Fazenda sentiu a necessidade de promover algumas mudanças e teremos algumas novidades que diminuirão a dificuldade colocada pelo decreto editado pelo governo do estado.

Com essa postura quero colocar-me à disposição desse segmento importante de Santa Catarina, que é, sem dúvida nenhuma, um grande gerador de emprego, um grande gerador de renda para Santa Catarina. Quero parabenizar todas aquelas pessoas que deixaram seus nomes escritos nessa magnífica e bela história de 25 anos da Fampesc. E quero desejar muito sucesso e que venhamos a comemorar outros aniversários, sempre tendo o que comemorar pelo trabalho de homens e mulheres que fazem da missão de servir a sua vocação.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Quero rapidamente cumprimentar o presidente da Fampesc; o deputado proponente deste justo e reconhecido evento; os deputados e as demais autoridades já nominadas pelo protocolo.

Permitam-me, senhores e senhoras, que os cumprimente em nome do caçadoreense Ibrahim Socreppa, presidente da Ampe de Caçador, nosso conterrâneo. Sintam-se todos muito bem cumprimentados em nome do nosso amigo Ibrahim.

Quero ainda cumprimentar aqueles que prestigiam este evento e lembrar-lhes que é importante lembrar os fatos, pensando, presidente Alcantaro Corrêa, em quantas empresas que hoje têm renome internacional que começaram muito pequenas, até com seus idealizadores analfabetos, mas que tinham tino comercial e empresarial.

Nós sabemos e estamos cansados de ver, através das estatísticas, que as micro e pequenas empresas são as que mais empregam, são as que mais abrem oportunidades de negócios nas suas cidades. São elas que movimentam as grandes, médias e pequenas metrópoles. As micro e pequenas empresas prestigiam o seu cliente, mostram o quanto é importante crescer com dignidade, trabalho, amor e dedicação.

Com isso, nesta noite, queremos deixar o abraço da bancada do Partido Progressista. Só estamos em dois, mas representamos a nossa bancada e entendemos que realmente a micro e pequena empresa ainda precisa não de paternalismo, mas de igualdade de condições diante dos órgãos públicos, pois as grandes empresas recebem muitos benefícios.

Deus abençoe vocês e que mais micro e pequenas empresas abram suas portas, mantendo-se até chegar à maioridade, ajudando o Brasil a desenvolver-se cada vez mais.

Muito obrigado, um abraço a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Convido o deputado Darci de Matos para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu desejo, com grande alegria e com muito respeito, saudar o eminente deputado Dirceu Dresch, proponente desta sessão especial, sessão que é pertinente, necessária e fundamental para externar a posição do Parlamento catarinense no que diz respeito ao trabalho fantástico e imprescindível que a Fampesc realiza no estado de Santa Catarina.

Quero saudar os demais colegas, o deputado Reno Caramori, experiente e dedicado; o jovem deputado Dieter Janssen; e o deputado Renato Hinnig, conhecedor profundo das nuances da micro e pequenas empresas de Santa Catarina.

Quero saudar o presidente da Fampesc, empresário Márcio Manoel Silveira, e em seu nome, com a devida permissão, saudar os demais componentes da mesa.

Quero saudar ainda a mulher empresária que se faz presente em grande número nesta noite emblemática, significativa, na pessoa da sra. Maria Salete, joinvilense, que preside o conselho deliberativo da Fampesc.

Prezados empresários, quero saudar o dr. Alcantaro Corrêa, que está aqui prestigiando este evento e que preside a nossa Fiesc, entidade atuante e combativa; e o sr. Luiz Carlos Floriani, que preside a Organização das Associações de Microcrédito de Santa Catarina.

Senhoras e senhores, ouvi os pronunciamentos e fiz algumas anotações para colocar rapidamente desta tribuna.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que numa sexta-feira chuvosa a Fampesc conseguiu mobilizar esse grande número de empresários e de deputados na Assembleia Legislativa é um fato, deputado Dirceu Dresch, que demonstra a força que a entidade tem, que o empreendedorismo tem em Santa Catarina. Das sessões especiais, esta é uma das mais representativas, e os deputados sabem o que estou dizendo.

Segundo, em Santa Catarina existem vários motivos que fazem com que o estado tenha um dos índices de IDH que se equipara aos países europeus. São vários, mas um dos principais motivos é o espírito de empreendedorismo do povo catarinense que se traduz hoje, nesta noite e nesta sessão, na força e na pujança da pequena e da microempresa do nosso estado.

Também quero poder afirmar, deputado Dirceu Dresch, que preside esta sessão, que apesar da burocracia do poder público que vocês enfrentam, da concorrência desleal da informalidade, da desatualização e da onerosa legislação trabalhista que vocês enfrentam e também dos elevados juros das linhas de crédito do mercado, vocês se constituem em heróis porque continuam produzindo, continuam trabalhando, continuam gerando postos de trabalho sustentáveis, o que é importante, e continuam aquecendo a nossa economia.

Portanto, parabeno-os, a exemplo do que os demais já fizeram, pelos 25 anos de luta, de garra de dedicação, de persistência, de idealismo e, sobretudo, de comprometimento dessa Federação com a qualidade de vida do povo catarinense, que se traduz aqui nesta homenagem dos 25 anos.

Encerro fazendo menção ao que o deputado Renato Hinnig falou: na semana passada, foi realizada uma audiência pública neste Parlamento, com a presença, aproximadamente, de 600 empresários. Praticamente todas as entidades empresariais de Santa Catarina se fizeram presentes para debater, para propor ao governo do estado que faça uma adequação no decreto da substituição tributária, porque esse decreto, infelizmente, penaliza não só as pequenas e microempresas, como também alguns segmentos das grandes empresas. Mas, pior do que isso, retira direitos consagrados e garantidos na lei geral da microempresa no estado de Santa Catarina.

Encerro, portanto, dizendo que nós, classe política e empresarial, apesar de estarmos um pouco céticos com a reforma tributária, precisamos acreditar e lutar por essa reforma, e que ela possa vir para penalizar a especulação, o capital, mas que venha, principalmente, para desonerar as empresas que produzem e que geram emprego em nosso país.

Um grande abraço! Parabéns!
Muito obrigado!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Convidamos o deputado Dieter Janssen para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Boa-noite a todos! Quero cumprimentar o deputado Dirceu Dresch, autor do requerimento que ensejou esta homenagem.

Excelentíssimos senhores deputados Reno Caramori, Darci de Matos, Renato Hinnig; Ilustríssimo senhor Antônio Zimmermann, nosso conterrâneo;

Ilustríssimo senhor Alcantaro Corrêa, a quem quero cumprimentar pelos 60 anos da Fiesc.

Participamos hoje de um bellissimo evento onde grandes empresários também foram homenageados.

Senhores componentes da mesa.

Rapidamente quero colocar um pouco do nosso convívio. Ficamos muito à vontade em falar sobre a micro e a pequena empresa, até porque somos da área. Quando fui secretário do município de Jaraguá do Sul, da secretaria de Desenvolvimento Econômico, criamos, juntamente com o Márcio e com todo o movimento das associações das pequenas empresas da nossa região, algumas ferramentas importantes para o microempresário.

Quero destacar aqui a criação da Acrevi, Associação do Crédito do Vale do Itapocu, naquela época, como também do nosso condomínio industrial voltado à pequena empresa da nossa região, um espaço amplo, em Jaraguá do Sul, para que a pequena empresa pudesse fazer a instalação do seu parque fabril.

É um bellissimo projeto é a incubadora industrial, um projeto bastante importante para Jaraguá do Sul, para que pequenas empresas pudessem entrar naquele espaço e receber todo o apoio logístico, todo o apoio das entidades da nossa região e dali daquela incubadora partissem para um prédio próprio dentro de uma adaptação sólida e tivessem uma vida longa e, com certeza, ser, futuramente, uma grande empresa.

Também tivemos a oportunidade de, quando vereador do município, criar o Dia do Empresário da Micro e Pequena Empresa. Então, criamos esse dia em Jaraguá do Sul e a cada ano fazemos uma homenagem, na Câmara de Vereadores, a uma pessoa que se tenha destacado.

Então, a relação do movimento político da Câmara de Vereadores naquele município sempre foi bastante próxima do movimento da micro e pequena empresa, por justamente entender que é um movimento bem importante, como já foi colocado aqui, não preciso repetir, pois são números muito importantes para o Brasil.

Rapidamente, só para finalizar, quero destacar que nas palestras que pudemos acompanhar em Joinville, ontem, na Expogestão, até comentava isso com o presidente da Fiesc, sr. Alcantaro Corrêa, alguns palestrantes colocaram que se o Brasil tiver um desenvolvimento do jeito que está sendo previsto, com um PIB de 2% a 7%, realmente teremos um país bastante crescente. E um dos palestrantes preocupou-se bastante com a questão da quantidade da mão de obra que iremos precisar e que cada vez está mais escassa.

Mas eu quero colocar aqui o papel do estado. Nós, como deputados, temos que

deixar o nosso recado, por isso precisamos fazer a nossa parte. Defendo um governo, um estado mais econômico, mais eficaz - esse assunto foi frisado nas palestras de ontem -, pois para que tenhamos um crescimento da micro e da pequena empresa precisamos de infraestrutura, de portos, de estradas, de ferrovias, precisamos de todos os aparelhos que são necessários para o desenvolvimento econômico das empresas, e aí cabe a análise interna também da parte política.

Então, esse é o nosso desafio, ou seja, mostrar que o nosso governo é eficiente. Para isso precisamos fazer a nossa parte, para que possamos cada vez mais economizar e fazer transferir essa economia, a fim de que tenhamos uma estrutura mais adequada, para que vocês, os micros e pequenos empresários, tenham condições de fazer a sua expansão.

Então, parabéns pelo movimento! Parabéns pelos 25 anos da Fampesc e também pelos 60 anos da Fiesc!

Um abraço!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Quero registrar aqui que os deputados dos diferentes partidos que atuam nesta Casa sempre assumem o debate relacionado à micro e à pequena empresa.

Estamos num momento muito importante, que é preparar o Orçamento do ano que vem, e esse é um dos temas, com certeza, que a Fiesc, que a Fampesc e as demais entidades precisam levantar também, para que haja dinheiro para os investimentos.

Convido, a seguir, para fazer uso da palavra, o sr. Anacleto Angelo Ortigara, em nome do Sebrae.

O SR. ANACLETO ANGELO ORTIGARA - Boa-noite a todos os presentes. Saúdo o deputado Dirceu Dresch, que preside a sessão, e em seu nome quero saudar todos os componentes da mesa, deputados e lideranças aqui já nominadas.

Em nome do presidente Márcio, saúdo todos os membros do conselho que presidem a Fampesc em todas as regiões, em todas as Ampes do estado de Santa Catarina.

Aproveito para saudar também o ex-presidente Cloir, que até então conduziu muito bem, e em seu nome todos os ex-dirigentes que passaram nesses 25 anos pela Fampesc.

Quero destacar aqui, presidente, que recebi a incumbência do presidente do conselho deliberativo, presidente da Faesc, José Zeferino Pedrozo, e temos aqui também a presença do nosso vice-presidente, o empresário Alcantaro Corrêa, hoje protagonista de um bellissimo evento na nossa Fiesc.

Aliás, Santa Catarina é um estado emblemático. No mesmo dia, sr. presidente, nós acompanhamos na Fiesc uma homenagem a empreendedores que marcaram, com muito sucesso, o desenvolvimento catarinense. Empreendedores que fizeram uma história muito bonita e constituíram também uma história de uma Federação que tem o seu papel importante focado para grandes organizações que hoje produzem grande parte do PIB catarinense.

No mesmo dia nós homenageamos e vimos serem feitas homenagens a grandes corporações e agora estamos finalizando o dia com homenagens aos representantes dignos dos micros e pequenos negócios.

Presidente José Zeferino Pedrozo, o Sebrae tem mesmo um papel desafiador no âmbito do estado. Todo o arcabouço legal existente ajuda, mas ainda precisa ser aprimorado. É inegável que o tecido social e econômico está lastreado em micros negócios. A sustentação na geração de emprego e renda

passa pela capacidade produtiva dessas figuras destacadas do cenário econômico e social de qualquer país, muito mais no Brasil, especialmente no estado de Santa Catarina.

As nossas ações em parceria com a Fampesc, sr. presidente, sem dúvida colocam em relevo uma ação integrada e de ganhos recíprocos. A ação no mesmo dia que mencionei há pouco, a integração de grandes e de pequenas empresas é também o exercício que fazemos no dia a dia no âmbito de atuação do Sebrae. Grandes empresas não concorrem, não ofuscam o sucesso das micro e pequenas empresas, elas se complementam mutuamente, fazem um trabalho de complemento e de ganho recíprocos.

É nessa perspectiva de integração que nós atuamos. Projetos voltados ao fortalecimento de micro e pequeno negócio é projeto que fortalece a economia do estado, onde todos vivem e se beneficiam. Não há lugar para anunciar perdedores nessa relação.

Fomos chamados à parceria da Fampesc, sr. presidente, porque temos na nossa pauta de atividades inúmeros projetos que colocam em plena concordância o cumprimento da missão do Sebrae a ação forte, a ação decisiva de atuação com segmentos capilarizados através das Ampes que justificam todo e qualquer esforço nesse sentido. Vou citar só um exemplo, para que os senhores tenham uma ideia: o sr. Nilo, de Brusque, que está aqui presente, nos relatava, senhoras e senhores lideranças aqui presentes, que hoje se encerra a Pronegócio, em Brusque, com recorde de vendas que deve chegar, aproximadamente, a um 1.500.000 de peças vendidas numa rodada de negócios, onde o Sebrae é parceiro. Estimava-se um aumento de 10% nas vendas com relação à edição anterior e esse número foi ultrapassado.

É evidente que esse crédito precisa ser dado a quem protagoniza esse evento, a quem faz a vida, que são os empresários. Nós temos o papel de ajudar. A nossa atividade é uma atividade meio, de suporte, de ajudar e não queremos nos eximir desse papel. Nós queremos é nos abraçar a todos aqueles que percebem a importância da contribuição dos micros e pequenos negócios para a economia catarinense. Eu tenho certeza de que o olhar atento do governo estadual, o olhar atento das representações e das lideranças vai fazer com que tenhamos uma evolução consistente e sustentável. É esse o papel de cada um.

A micro e a pequena empresa finalmente figuram no cenário nacional. Uma lei com mais cuidado foi criada e foram dadas condições para atuar num ambiente legal mais apropriado, mas ainda precisa ser ajustada.

A nossa relação, presidente Zimmermann, tem sido muito boa. Tem sido uma relação muito apropriada, para que tenhamos uma movimentação grande de informais para o mundo da formalidade. É verdade que há muito por fazer, mas aqui mesmo o deputado Dirceu Dresch veio dizer que passou de 11 mil o número de formalizados, só numa atuação direta com o Sebrae, imaginem os outros que vêm espontaneamente.

Devo dizer a todos também que a perspectiva do Sebrae, numa razão muito forte em parceria com a federação dos municípios catarinenses, deve chegar, até o primeiro semestre, praticamente com todos os municípios do estado com a Lei Geral devidamente aprovada em suas respectivas Câmaras de Vereadores. Uma lei que facilita os negócios, que mobiliza e que cria oportunidades para os micros e pequenos negócios em cada um dos 293 municípios do estado.

É por essa razão que neste dia tão especial, comemorativo aos 25 anos, nós nos abraçamos solidários, sérios, comprometidos com a causa da micro e pequena empresa aqui representada por sua Federação. Mas estendemos uma saudação muito especial a todas as Ampes que atuam muitas vezes desprovidas das melhores condições, baseadas na vontade de sua liderança, pelo protagonismo de um presidente, de um grupo de pessoas abnegadas que fazem o seu trabalho superando obstáculos que nem sempre nós somos sabedores.

Por essas razões que viver num estado como Santa Catarina e atuar numa entidade como o Sebrae, que pode se relacionar com o setor produtivo aqui representado pelos seus presidentes de federações e pelos demais que atuam também em segmentos paralelos, nos enche de orgulho. E hoje, presidente Márcio, nós estamos aqui para desejar a todos parabéns pelo trabalho, sucesso e muita energia, para que os próximos anos, os próximos 25, 50 e assim por diante, sejam de grandes prosperidades. E aos pequenos negócios que têm à frente empresários, o desejo é que não fiquem como micro ou pequeno empresário, mas que logo possamos vê-los também na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, na Federação do Comércio como grandes empresários, porque esta é a missão: crescer e se desenvolver.

Um abraço da diretoria executiva do Sebrae de Santa Catarina, na presença do nosso presidente e vice, que aqui tive o prazer de representá-los.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Convido para fazer uso da palavra, em nome da Confederação Nacional das Micros e Pequenas Empresas, o sr. José Tarcísio da Silva, presidente.

O SR. JOSÉ TARCÍSIO DA SILVA - Boanoite a todos e a todas.

Excelentíssimo senhor deputado Dirceu Dresch, quero, neste momento, saudar todos os parlamentares presentes e em seu nome saudar todos os ex-presidentes da Fampesc, e em nome do Cloir e do nosso presidente Márcio Silveira, quero saudar todos os presidentes das Ampes, empresários e empresárias aqui presentes.

Vou sair daqui como presidente da Comicro, sinceramente muito alegre, muito feliz, porque vou levar para as outras Femicros, que equivalem a Fampesc aqui, nos outros estados, esse grandiosíssimo evento que está sendo realizado dentro da Assembleia Legislativa.

Isso significa dizer que a Fampesc, hoje, é uma referência no Brasil por ser a entidade mais antiga. Há outras próximas, com 23 anos, com 24 anos, mas essas ainda não têm a organização que tem a Fampesc. Esse é um reconhecimento da Confederação Nacional da Microempresa, embora sabendo que há aproximadamente 12 federações, 12 Femicros que estão muito bem estruturadas no Brasil, sendo que a Confederação Nacional, hoje, se faz presente em 22 estados. E a nossa meta para 2010 é chegarmos em 27 estados. Ou seja, em 26 estados mais o Distrito Federal, que já tem representação.

E aproveitando a oportunidade dessa grandiosa solenidade eu não poderia deixar de dar algumas informações.

Foi falado aqui na Lei Complementar n. 123. Quero dizer que essa Lei Complementar n. 123 precisa de vários ajustes, embora dois ajustes já tenham acontecido, a 127 e a 128, que por

último criou o empreendedor individual. Mas essa lei aconteceu em 2006, e estamos em 2010. Então, já é necessário um reajuste. E nós estamos junto à Frente Parlamentar Nacional, que atualmente tem como líder o catarinense Cláudio Vignatti, trabalhando por esses ajustes.

Queremos que a empresa de pequeno porte chegue a R\$ 3,2 milhões na sua faixa de faturamento/ano. E é possível, inclusive, já se está conversando com a Receita Federal e já se admite. Queremos também que a microempresa chegue a R\$ 360 mil, e é bobagem pedir mais do que isso. E o empreendedor individual, que hoje são mais de 11 milhões no país todo, que tem como faturamento apenas R\$ 3 mil/mês, nós queremos que passe para R\$ 6 mil e que possa ter dois funcionários pagando apenas 3% da Previdência Social. E isso está sendo negociado, com grande possibilidade de ser aprovado ainda este ano.

Sabemos que é um ano político, que será difícil de ser aprovado, mas a Lei Complementar n. 123 foi aprovada em 2006, que foi um ano político, e foi no último mês que ela foi aprovada.

Mas quero também dar uma última informação, sr. presidente, muito importante para as microempresas brasileiras. Em 2008 nós começamos a defender uma secretaria nacional com *status* de ministério para microempresa. Isso pegou no Brasil todo. E por onde a confederação passava, a diretoria da confederação, instalava-se essa defesa de uma secretaria nacional com *status* de ministério.

Protocolamos na Casa Civil, inclusive com o Cloir representando o sul como vice-presidente, na época da Comicro, que continua ainda a ser, pois ainda não foi tirado do estatuto, o mandato ainda está vigente, acompanhou-nos até a Casa Civil e protocolamos o pedido do ministério da Microempresa.

Foi aprovada no Senado Federal, a nosso pedido, e por autoria do senador Renato Casagrande, a liberação do Executivo para criar esse tal ministério. E graças a esse trabalho, que foi instalado no Brasil todo, todas as federações, as Femicros, as Amicros, junto com a Comicro, que é o sistema que representa a microempresa no país, graças a esse trabalho, já por duas vezes o presidente da República cita a necessidade de se criar o ministério da Microempresa. A primeira foi, aproveitando aqui a presença do Sebrae, no encerramento, lá na plenária, do discurso do presidente, em que ele citou a necessidade da criação do ministério. E ontem, em Brasília, com mais de quatro mil prefeitos, o presidente novamente voltou a dizer que era importante a criação do ministério da microempresa.

Aí, srs. deputados, vamos apelar também para o Congresso, o Senado, eis que não precisamos só do discurso, precisamos, sim, do ministério ainda este ano, precisamos do ministério instalado da micro e pequena empresa, porque se fala muito na microempresa, mas a microempresa, como já foi dito aqui por alguns parlamentares, não tem a concessão que têm as grandes empresas, ela não tem os 2% do BNDES, quando busca seu empréstimo. Aliás, nem consegue empréstimo no BNDES.

Os bancos oficiais estão travados quando se trata de financiamento para a microempresa. Não houve a isenção do IPI para as microempresas, mas ela foi a principal responsável pela aceleração do Brasil, pela saída do Brasil da crise internacional, porque foi ela quem mais empregou. Ela não teve os incentivos, mas 75% dos empregos formais, durante o período da crise, foram da micro e pequena empresa.

(Palmas)

Esses são dados do ministério do Trabalho, não é o Tarcísio que está falando, foi o ministério do Trabalho que falou. Então, é importantíssimo.

As empresas de pequeno porte e as microempresas têm os seus investimentos lá no município e é lá que investem, absorvem a mão de obra qualificada, absorvem o primeiro emprego, preparam o jovem para o trabalho; quando ele sai da microempresa, sai preparado para trabalhar em qualquer outra empresa - somos nós que fazemos isso.

Quanto à qualificação profissional das microempresas, quantos e quantos microempresários tiram de seu bolso para treinar o pessoal? É preciso que se tenha um ministério, que se tenham todas as condições que a grande empresa tem, assim como recursos baratos. Será que temos que pagar 7%, 8% no cheque forte, direto, se quando se troca notas promissórias paga-se 3%, 4%?

Eu tenho uma microempresa há 30 anos, não é mais uma micro, é uma de pequeno porte, graças a Deus! Eu já passei por muitas crises; inclusive, muitos outros colegas meus que também passaram fecharam. Mas agora chegou a hora da microempresa, chegou a nossa hora! Vamos conversar com os nossos parlamentares, pois é um ano eleitoral, então, vamos buscar aquilo que é de direito. Não vamos pedir com pires, não, vamos reivindicar aquilo que é de direito da micro e pequena empresa.

Queremos produzir, queremos gerar emprego, queremos distribuir renda como fazemos, mas queremos ter oportunidade para nos tornarmos pequena, média, grande empresa, como foi dito aqui pelo cidadão do Sebrae.

Muitas microempresas do passado hoje são grandes, e nós queremos ser os grandes empresários, empresários das grandes empresas do futuro!

Muito obrigado a todos.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Agradecemos ao sr. José Tarcísio da Silva, por sua presença no estado e por sua contribuição aqui com a sua fala.

Agora convido o mestre-decerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem à Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, Fampesc, na passagem dos seus 25 anos, por seu papel agregador, orientador, de apoio e de capacitação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, em defesa do desenvolvimento e reconhecimento da identidade política, econômica e social das empresas frente à economia do país.

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch para fazer a entrega da homenagem ao sr. Márcio Silveira, presidente da Fampesc, neste ato representando a federação.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem às Ampes fundadoras.

Convido o sr. deputado Dirceu Dresch para fazer a entrega das homenagens.

Recebe agora a homenagem o sr. Carlos Alberto Pintarelli, neste ato representando a Ampe de Blumenau.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Gilberto Boettcher, neste ato representando a Ajorpeme, de Joinville.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agora convido para receber a homenagem o sr. Alessandro Truppel, neste ato representando a Apevi, de Jaraguá do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. José Eduardo de Souza, neste ato representando a Ampe de Gaspar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradeço ao deputado Dirceu Dresch e convido o deputado Reno Caramori para fazer a entrega das homenagens.

Na sequência serão homenageadas as entidades que contribuem para o desenvolvimento da Fampesc.

Convido para receber a homenagem o Conselho das Federações Empresárias de Santa Catarina, Cofem, representado neste ato pelos srs. Alcantaro Corrêa, presidente da Fiesc, Zeferino Pedrozo, presidente da Faesc, Pedro Lopes, presidente da Fetranesc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, Sebrae, neste ato representado pelo sr. José Zeferino Pedrozo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Comicro, neste ato representada pelo sr. José Tarcísio da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

A seguir, o Poder Legislativo presta homenagem aos ex-presidentes da Fampesc.

Convido para receber a homenagem o sr. Pedro Cascaes, presidente de 1985 a 1988.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradeço ao deputado Reno Caramori e convido o deputado Darci de Matos para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Silvio Rangel, presidente de 1989 a 1992.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Eldon Jung, presidente de 1992 a 1994, sendo representado neste ato pelo sr. Silvio Rangel.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Haroldo Neitske, presidente de 1994 a 1998.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradeço ao deputado Darci de Matos e convido o deputado Dieter Janssen para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Luis Carlos Floriani, presidente de 1999 a 2002.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Clóvis Ferreira, presidente de 2003 a 2007.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Cloir Dassoler, presidente de 2008 a 2009.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradeço ao deputado Dieter Janssen.

Dando continuidade às homenagens, a Fampesc homenageia as Ampes associadas.

Convido a sra. Maria Salete Pacheco, presidente do conselho deliberativo, para fazer a entrega das homenagens.

Convido a Ampe de Araquari, representada neste ato pelo seu presidente Claudinei Adair Klaus, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido a Ampe de Balneário Camboriú, neste ato representada pelo sr. Nivaldo Ávila dos Santos, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Ampe de Brusque, neste ato representada pelo sr. Anilson Scholemburg, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Reno Caramori e a sra. Maria Salete Pacheco para fazerem a entrega das homenagens.

Convido a Ampe de Caçador, neste ato representada pelo sr. Ibrahim Socreppa, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradeço à sra. Maria Salete Pacheco e ao deputado Reno Caramori.

Convido o sr. Cloir Dassoler, ex-presidente da Fampesc e membro do conselho deliberativo, para fazer a entrega das homenagens.

Convido a Ampec de Campo Erê, neste ato representada pelo sr. Luciano Müller, consultor para região oeste, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido a Ampeco de Capinzal e Ouro, neste ato representada pela sra. Ângela Filipini, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido a Ampe de Criciúma, neste ato representada pela sra. Rosimeri Bittencourt Vieira, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradeço ao sr. Cloir Dassoler e convido o sr. Márcio Silveira, presidente da Fampesc, para fazer a entrega das homenagens.

Convido a Ampe de Indaial e Timbó, neste ato representada pelo sr. Antoninho da Silva, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Ampe de Itajaí, neste ato representada pelo sr. João Ferreira Marques, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido a Ampe de Lages, neste ato representada pelo sr. Rainwald Müller, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Agradeço ao sr. Clóvis e convido, para fazer a entrega das homenagens, o sr. Alcides Andrade, diretor-financeiro da Fampesc.

Convido a Ampe do alto vale de Rio do Sul, neste ato representada pelo sr. Erimar de Souza, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido a Ampe de São Francisco do Sul, neste ato representada pelo sr. Laurinei Burda, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido a Ampevale, Rio Tijucas, neste ato representada pelo sr. Elpidio Rocha Miguel, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convido a Ampe de Tubarão, neste ato representada pelo sr. Luis Carlos Souza, presidente, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Agradeço ao sr. Luis Carlos Souza e convido para fazer uso da palavra o sr. Cloir Dassoler, em nome dos homenageados.

O SR. CLOIR DASSOLER - Quero cumprimentar o meu amigo, deputado Dirceu Dresch, já fizemos muitas caminhadas pelo estado de Santa Catarina, levando ao conhecimento do micro e pequeno empreendedor deste estado a Lei Geral, divulgando-a.

Gostaria de cumprimentar as demais autoridades, os demais deputados, bem como o amigo e agora presidente da Federação, Márcio Manoel da Silveira, e em seu nome cumprimento todos os presidentes das entidades empresariais das pequenas e microempresas que aqui se encontram. Dirijo um cumprimento especial ao Márcio Manoel da Silveira e um agradecimento por voltar a nossa terra. Aprendi a gostar dele como presidente da confederação, de cuja diretoria faço parte.

Quero cumprimentar o amigão Anacleto, a Maria de Joinville, o Lauro, os deputados, os empresários das micro e pequenas empresas, as senhoras e os senhores presentes.

Tive a satisfação de estar no comando deste sistema, como chamamos, deputado Dirceu Dresch, que foi criado por esses abnegados, esses ex-presidentes, e não só ex-presidentes da Fampesc, mas ex-presidentes também de entidades empresariais, pessoas que há 25 anos sentiram e viram a real necessidade de Santa Catarina ter uma entidade forte que defendesse os empresários das micro e pequenas empresas.

Eu sei que muitos deles vão lutar por essa bandeira em Brasília, na reunião da confederação, e continuarão defendendo o sistema Fampesc.

A todos esses presidentes, a todas essas pessoas, realmente, os meus mais sinceros cumprimentos e agradecimentos. Os empresários das micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina agradecem.

Eu sou do sul do estado, presidente Zeferino Pedrozo, e tenho muita honra em participar também do Conselho Deliberativo do Sebrae, o qual você preside.

As empresas e os empresários, deputado Dirceu Dresch, têm-me ligado muitas vezes. Mas, realmente, precisei me afastar. E peço permissão aos ex-presidentes da federação para explicar.

Eu tive que me afastar para trabalhar por outra causa, para defender uma cidade, para lutar por uma região a pedido de um amigo. Mas não esqueci a federação. Tanto não esqueci, presidente Márcio Silveira, que estou aqui e recebo uma ligação sua quase toda semana. Não esqueci, tanto que solicitei na última reunião que tive na federação que buscassem, Anacleto Angelo Ortigara, o entendimento com a secretaria de estado da Fazenda e com o governador, Leonel Pavan, no sentido de amenizar um pouquinho mais a questão das micro e pequenas empresas não só catarinenses, presidente José Tarcísio da Silva, mas do país.

Falo isso porque quero abordar à substituição tributária. Muito já se comentou aqui a esse respeito, mas me permitam falar um pouquinho mais. A substituição tributária está acabando com a Lei Geral da Microempresa nos estados, não é só em Santa Catarina. Por quê? Há uma tributação que é determinada pela Lei Geral, mas a substituição tributária não leva em consideração isso e o custo dessas empresas está ficando muito alto e estão começando a perder mercado.

Então, presidente Márcio Silveira, fica aqui a solicitação de um ex-presidente, para que se resolva isso, por favor. Eu estou sentindo isso na pele, pois na minha cidade os empresários me procuram pedindo apoio. Para quem não sabe, eu sou secretário do Sistema Econômico de Criciúma. Os empresários têm-me procurado solicitando realmente o meu apoio nesse sentido. Eu transfiro isso à presidência da Federação, ao representante do Sebrae, Anacleto Angelo Ortigara, e peço ao Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina - Cofem -, e estão aqui três presidentes. Presidente Alcantaro Corrêa, engaje-se nessa luta, nessa briga para que nós realmente possamos fazer com que a micro e pequena empresa volte a contribuir com aquilo que é direito. Ela tem que contribuir, sim, e eu vou defender sempre que ela pague. Mas que pague o que é justo, o que está determinado pela lei federal, e que os estados não criem lei própria para prejudicá-la. Com isso, deputado, eu acho que nós avançaremos muito na questão da micro e pequena empresa.

A Lei Geral foi um grande avanço, os 25 anos da Fampesc foram de muito trabalho e de muita luta para todos os ex-presidentes, os diretores. Foi feito, Luiz Carlos Floriano, até trabalho voluntário, porque às vezes tiraram do bolso para viajar. Mas, também, não podemos esquecer, Floriano, que esta Casa Legislativa, sempre que preciso, abriu as portas e esteve junto com os empresários da micro e pequena empresa do estado de Santa Catarina. Isso nós não podemos esquecer e precisamos agradecer.

Quero agradecer aos deputados que sempre nos apoiaram; como o deputado Dirceu Dresch, o deputado Renato Hinnig, o deputado Reno Caramori e os outros presentes aqui que sempre nos apoiaram, sempre estiveram ao nosso lado, nunca nos abandonaram. Mas, nós precisamos continuar. Eu acho que a luta não para aqui, ela só está começando.

E, hoje, pela manhã, presidente Alcantaro Corrêa, ao vir do sul para Florianópolis, escutei uma entrevista sua na Rádio Eldorado, em que homenageava uma das

pessoas mais queridas da cidade de Criciúma. E podem ter certeza de que essa pessoa merece todas essas homenagens pelo que fez não só pela micro e pequena empresa da região de Criciúma e sul do estado, mas por todo o estado de Santa Catarina.

Acho que é hora de alguns agradecimentos. Eu não poderia sair daqui sem agradecer ao Sebrae, ao presidente do Conselho, Anacleto. Leve o meu abraço, o meu carinho e o meu agradecimento a toda diretoria do Sebrae, e não só aos executivos, mas a todos, porque trata-se de uma família, da qual fazemos parte.

E também, em nome de todos os presidentes, eu queria agradecer hoje ao Confem, porque mesmo sendo, Luiz Carlos Floriani, uma federação menor, mais nova, onde só estamos caminhando, hoje nós estamos chegando à maturidade, já podemos até casar, presidente Márcio Silveira.

Quem sabe, presidente Alcantaro Corrêa, quando nós chegarmos aos 60 anos, teremos a estrutura da Fiesc. E agradecemos realmente, de todo o nosso coração, presidente Clóvis Ferreira, ao Confem que sempre nos ajudou e que sempre esteve ao nosso lado.

Muito obrigado e que Deus nos ilumine!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Agradecemos a participação do Cloir Dassoler e pela mensagem que deixa a todos nós.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Márcio Manoel da Silveira, presidente da Fampesc.

O SR. MÁRCIO MANOEL DA SILVEIRA - Deputado Dirceu Dresch, quero cumprimentá-lo e agradecer mais uma vez pelo trabalho que tem feito em prol das micro e pequenas empresas, por poder nos proporcionar este momento.

Queremos cumprimentar o sr. Lauro Andrade, diretor-geral da secretaria de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que neste ato representa o governador Leonel Pavan.

Quero cumprimentar o meu amigo José Tarcísio da Silva pelos tantos trabalhos que nós já fizemos por este Brasil na busca dessa unidade que precisamos ter para que possamos levar adiante o trabalho da micro e pequena empresa.

Desejo também cumprimentar o sr. Antônio Carlos Zimmermann, presidente da Junta Comercial. Ele me disse, hoje, deputado Dirceu Dresch, que a Junta Comercial a partir de julho vai disponibilizar através do seu sistema um site para cada micro e pequena empresa catarinense, disponibilizando mais informações. Obrigado, pelo presente!

Quero cumprimentar o Anacleto Angelo Ortigara, diretor-técnico do Sebrae, que aqui representa o nosso sistema. Obrigado pelas palavras.

Deputado Reno Caramori, v.ex.a. me surpreendeu quando falava sobre alguns detalhes da luta que trava pelo trabalho da micro e pequena empresa. Cumprimento também o Ibrahim, já que o deputado lembrou.

Deputado Darci de Matos, da região norte catarinense, em seu nome também cumprimento o deputado Renato Hinnig, que de vez em quando conversamos sobre tudo o que ainda precisamos fazer para que a micro e pequena empresa catarinense possa de fato ser reconhecida; o deputado Dieter Janssen, da nossa região Jaraguá do Sul, eterno secretário de Desenvolvimento Econômico, que juntos fizemos muitos trabalhos naquela região. Não podemos esquecer da nossa querida

presidente do conselho Maria Salete Pacheco, que soube dar sustentabilidade ao nosso conselho, ao nosso sistema. Obrigada Maria Salete!

Quero também cumprimentar os ex-presidentes, na pessoa de Pedro Cascaes, que foi o primeiro presidente. Li o seu livro, uma história muito clara do que representa a micro e pequena empresa para Santa Catarina.

Silvio, obrigado pelo seu trabalho. Quero lhe cumprimentar e dizer que estamos juntos.

Haroldo, que não está aqui, parabéns e muito obrigado!

Parabéns, Floriani! Quando comecei trabalhando no associativismo o Floriani era presidente da Fampesc. Parabênico o querido Clóvis, que me trouxe para a Fampesc.

Cumprimento o Cloir, que sempre acreditou no meu trabalho! Faço agora esse reconhecimento a tua pessoa, muito dedicada, que tem muito amor e respeito à causa.

Quero lembrar também do meu amigo Alcides Andrade, grande companheiro dentro da Fampesc nesses últimos dois anos. Não posso deixar de lembrar que às vezes ele é meu conselheiro, se é preciso fazer algo, lá está o Alcides. Muito obrigado pelo seu trabalho.

Não posso deixar de citar a Isa, a Simone e a Ana, da equipe interna da Fampesc.

Também quero citar os presidentes do Cofem. Agradeço imensamente a cada um de vocês que estão aqui.

Agradeço aos srs. José Zeferino Pedrozo, ao Pedro Lopes e ao Alcantaro Corrêa. Estivemos juntos, hoje, na homenagem da Fiesc.

Agradeço a todos pelo prestígio recebido, hoje, através do carinho e da presença de vocês.

Quero falar desse momento importante desta instituição que celebra 25 anos. Lembro de muitas conversas que tive com os ex-presidentes e com os empresários que viveram o início do movimento associativista da micro e pequena empresa.

Lembro que no passado foi preciso gritar para ser ouvido, para ser convidado a participar das discussões que se referiam à micro e pequena empresa.

Graças ao trabalho executado pelos homenageados, hoje temos o reconhecimento de todas as esferas do governo. Hoje estamos presentes nos debates que envolvem as empresas. Não precisamos mais gritar. Somos convidados a participar. É nesses debates que queremos estar. É lá que queremos dar nossa opinião; é lá que queremos negociar a melhor saída para o que for apresentado. Se não fizermos isso estaremos fadados a reclamar que alguém não fez o que precisávamos.

No âmbito dos municípios, o sistema Fampesc participa dos debates pelas associações de micro e pequenas empresas, nos mais diversos conselhos municipais e regionais.

No estado, estamos presentes nos mais importantes conselhos e cada Ampe tem a oportunidade de enviar representante através da Federação. Da mesma forma, a federação atua nos conselhos federais pela representatividade do sistema.

Hoje iniciamos o 38º Congresso Catarinense da Micro e Pequena Empresa. Nele vamos apresentar aos empresários as oportunidades que existem na atividade econômica do turismo. Essa atividade representa 10% do PIB mundial, deputado Dieter Janssen. Uma atividade que, no período de 1975 a 2000, cresceu no ritmo medido de 4,4% ao ano, enquanto o crescimento da economia mundial foi de 3,5%.

O ministério do Turismo, através do Plano Nacional do Turismo, e o governo do estado de Santa Catarina, através do Funturismo, criaram mecanismos excelentes de incentivo ao turismo. E as micro e pequenas empresas não podem ficar fora disso.

Vamos realizar ainda o 1º Encontro Catarinense dos Núcleos Setoriais do Sistema Fampesc. Nosso objetivo é estimular os empresários a se organizarem e a defenderem as suas demandas, incentivar a geração de emprego e aumentar a renda das micro e pequenas empresas.

Agradeço o apoio técnico do Sebrae, do Anacleto, do Zezo Pedrozo para este evento e para toda a parceria que temos tido durante todos esses anos.

Srs. deputados, membros do governo estadual, inicie o meu discurso falando do diálogo, do entendimento e da negociação necessária para alcançarmos o melhor. Quero aproveitar a oportunidade para dizer que já estamos dialogando, através do Fórum Estadual da Micro e Pequena Empresa, acerca da questão do retorno do crédito do ICMS. Estamos incluindo no nosso debate a substituição tributária; estamos em todos os conselhos, em todos os comitês trabalhando nesse sentido.

Hoje ainda tivemos mais uma conquista que quero destacar. Trata-se de uma cadeira no Conselho Superior de Vogais da Junta Comercial de Santa Catarina.

Obrigado, presidente, trata-se de uma conquista da micro e pequena empresa catarinense! Parabéns a todos vocês!

Em Brasília, srs. deputados, no Fórum Nacional da Micro e Pequena Empresa, trabalhamos para que a atualização da tabela

do Simples Nacional fosse alcançada. Desde o ano passado começamos essa tarefa, esse trabalho. Coordenamos o grupo de trabalho sobre a Portaria n. 1.510, do ministério do Trabalho e Emprego, que fala do ponto eletrônico, através do presidente da Associação de Joinville que representa a Fampesc na capital federal, o nosso querido Gilberto. Estamos presentes em cada um dos oito comitês temáticos do fórum.

Nesse final de semana vamos construir um documento, srs. deputados, que será enviado a cada um dos candidatos ao pleito de outubro. Queremos inserir no debate e nos planos de governo a causa da micro e pequena empresa. A Fampesc estará à disposição de cada um para essa construção. E para iniciar essa construção, encaminho aqui um pleito, considerando que a micro e pequena empresa representa 99% das empresas do Brasil e de Santa Catarina, que ela representa 67,5% dos empregos e somente 22% do PIB do Brasil. Somente 22%!

Penso que é chegada a hora, e aqui vai o meu encaminhamento, de reconhecer esse importante segmento, criando no próximo governo uma secretaria especial, exclusiva, para tratar das políticas da micro e pequena empresa.

Como eu disse, nosso papel é criar um ambiente de diálogo; nosso papel é estudar as necessidades das micro e pequenas empresas; nosso papel, srs. presidentes de associações de micro e pequenas empresas, é elaborar propostas concretas; nosso papel é de ser contundente na sua defesa e, principalmente, desprovidos de paixões, conseguir o melhor resultado para o desenvolvimento das empresas do nosso estado."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Márcio Manoel Silveira.

Há três anos e meio, quando aqui cheguei - e não sou micro nem pequeno empresário, Cloir -, a presença de vocês nesta Casa nos levou a enxergar a importância da Fampesc para Santa Catarina. Assumimos aqui uma bandeira e comprometemo-nos a defendê-la juntamente com todos vocês.

Reafirmo, neste momento, o compromisso de, a cada dia, dialogar com os nossos colegas desta Casa e construir essa luta em prol da micro e pequena empresa, fazendo ressoar no Parlamento catarinense o trabalho que desenvolvem nos municípios.

Estamos muito feliz com a oportunidade de propor esta sessão especial para juntos comemorarmos os 25 anos da Fampesc.

E como festa não pode ficar sem um aperitivo, uma comidinha, convidamos todos para um coquetel, que será servido no *hall* deste Poder logo após o término da presente sessão.

Agradecemos às autoridades e às lideranças que acolheram o nosso convite e aqui estiveram nesta noite.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, especial, para o dia 24, às 19h, neste plenário, em comemoração aos 95 anos da Acif.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 23 de fevereiro de 2010.

Substitui o Deputado Genésio Goulart, na Comissão de Segurança Pública, pelo Deputado Valdir Cobalchini.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Antônio Aguiar
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Marcos Vieira
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Décio Góes
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Romildo Titon
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Darci de Matos
Deputado Marcos Vieira
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Pedro Uczai
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Darci de Matos
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Pedro Uczai
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Serafim Venzon
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Reno Caramori
Deputado Romildo Titon
Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputado Gilmar Knaesel
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Onofre Santo Agostini
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Décio Góes
Deputado Reno Caramori
Deputado Manoel Mota
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Serafim Venzon
Deputado Pedro Uczai
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Edison Andriano
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Darci de Matos
Deputado Dado Cherem
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Antônio Aguiar
Deputado Genésio Goulart
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Dado Cherem
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Manoel Mota
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Serafim Venzon
Deputado Pedro Uczai
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Renato Hinnig

Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Nilson Gonçalves
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Renato Hinnig
Deputado Edison Andrino
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Marcos Vieira
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Reno Caramori
Deputado Edison Andrino
Deputado Renato Hinnig
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Dado Cherem
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Reno Caramori
Deputado Edison Andrino
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Darci de Matos
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
Deputado Genésio Goulart
Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 26 de maio de 2010

Deputado Jorginho Mello

Presidente, e.e.

*** X X X ***

ATO DA MESA DL**ATO DA MESA Nº 049-DL, de 2010**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 316, § 3º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

COMUNICA a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória n. 163, de 2010, que "Altera a Lei n. 14.961, de 2009, que dispõe sobre o programa de incentivo à produção de cerveja e chope artesanais, a Lei n.º 7.543, de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores, e estabelece outras providências".

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 24 de maio de 2010

Deputado Jorginho Mello - Presidente, e.e.

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A CONTAMINAÇÃO DO RIO MAROMBAS EM CONSEQUÊNCIA DOS DEJETOS DA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE CURITIBANOS E DOS EFLUENTES INDUSTRIAIS, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL, ÀS 19H30MIN., EM SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC.

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dez, às dezenove horas e trinta minutos, realizou-se no plenário da Câmara Municipal do município de São Cristóvão do Sul, Santa Catarina, audiência pública proposta pelo Deputado Estadual Jailson Lima (PT), da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), com o objetivo de debater a contaminação do Rio Marombas em consequência dos dejetos da Penitenciária Regional de Curitiba e dos efluentes industriais. O Senhor Presidente da audiência, Deputado Estadual Jailson Lima, abriu os trabalhos; apresentou-se; contou que numa reunião recente, em São Cristóvão, com o Prefeito Jaime e algumas lideranças, ficou registrado que o Presídio Regional é em São Cristóvão do Sul, mas é conhecido como Presídio Regional de Curitiba; e fez um breve histórico sobre o presídio. Em seguida, informou que fizeram uma audiência pública em Rio do Sul relacionada ao presídio regional que foi construído lá, porque os dejetos do presídio estavam causando contaminação ambiental, e comentou que, depois da audiência, em cento e vinte dias o problema foi resolvido. Continuando, situou a localização de São Cristóvão do Sul, a sua densidade demográfica e o seu consumo de água, que é retirada do Rio Marombas, principal afluente do Rio Canoas. Lembrou que o Presídio Regional de São Cristóvão do Sul é uma referência no Estado pela sua capacidade de ressocialização e pelas boas condições que os presidiários têm, com um dos menores índices de fuga do Estado e do Brasil, mas avaliou que não é um exemplo no que se refere à questão ambiental. Disse que a água retirada do Rio Marombas é consumida por aproximada-

mente cinquenta mil pessoas da região, incluindo Curitiba. Demonstrou convicção que sairão da audiência com alguns encaminhamentos. Contou que conversou com o pessoal da Casan e eles disseram que o presídio é de responsabilidade do Estado, e por sua vez ele disse que a responsabilidade é pública, do Estado, e a Casan é um órgão público. Registrou que é a primeira vez que a Assembleia Legislativa faz uma audiência pública na cidade, dizendo que esse é o seu papel como parlamentar, como representante do povo catarinense. A seguir, convidou para tomar assento à mesa as seguintes autoridades: Senhor José Antônio Guidi, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Curitiba; Prefeito Jaime Cesca, do município de São Cristóvão do Sul e presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc); Vereador Valdeci Oliveira de Liz, Presidente da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul; Prefeita Ivonete Zager Felisbino, do município de Frei Rogério, registrando que é a única prefeita agricultora do Brasil; Prefeito Wanderley Teodoro Agostini, do município de Curitiba; Prefeito Rubens Bernardo Schmidt, do município de Ponte Alta do Norte; Senhor Clóvis Fernando Camargo, representando o Departamento de Administração Prisional; Senhor José Heitor Maciel, chefe da Casan da Região do município de Curitiba; Senhor Valdemar Gatner de Souza, coordenador da Fatma em Curitiba; Senhora Sisi Blind, secretária da Saúde de São Cristóvão do Sul; e Senhor Julio Bernardo da Silva Filho, presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas. Em seguida, registrou a presença das seguintes autoridades: Anderson Santos, diretor da Penitenciária da Região da Comarca de Curitiba; Vereador Carlos Roberto Alexandre, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cecília; Vereador Hideki Iwasaki, Presidente da Câmara Municipal de Frei Rogério; Vereador Angelo Scolaro, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Vereador Dirceu Domingues Pires, da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul; Vereador João Leal dos Santos, da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul; Vereador Pedro Francisco Leobet, da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul; Vereador Sidnei Furlan, da Câmara Municipal de Curitiba; Vereador Acendor de Oliveira, da Câmara Municipal de Santa Cecília; Rui Braun, secretário da Administração e

Planejamento de São Cristóvão do Sul; Aluir Luiz Suppi, secretário da Agricultura de São Cristóvão do Sul; Dário Frâncio, gerente da Fatma em Caçador; Valdir Tagliari, diretor do Coinco; Elizabeth Maria Macedo, presidente da ONG Marco Terra, de Curitiba; Adenilson Lechineski, secretário da Administração do município de Ponte Alta do Norte; Sandra Mari Cassul Fernandes, diretora do Núcleo Educacional Crescer, de São Cristóvão do Sul, representando o secretário municipal da Educação; Claudemir Correa dos Santos, da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente de Ponte Alta do Norte; Gilmar Carlos Fertig, da Associação dos Consumidores de Água do Núcleo Tríticola (Acant), do município de Frei Rogério; e sargento da Polícia Militar Eduardo Rambusch, representando a Polícia Ambiental do município de Curitiba. Feito o registro, foi apresentado um vídeo que mostra imagens do Rio Marombas. (*Procede-se à apresentação do vídeo.*) Dando continuidade, avaliou que se terá que estabelecer uma data para um TAC [*Termo de Ajustamento de Conduta*] e que os órgãos públicos têm que dar o exemplo. Sugeriu aos prefeitos que façam um levantamento do número de habitantes por município para, assim, se desenvolver projetos individuais e levar à Funasa, a fim de se fazer estação de tratamento individualizada por habitação, e comentou que fez isso quando foi prefeito em Rio do Sul. Em seguida, lembrou que o governo federal, no PAC do saneamento, tem investido recurso, principalmente para as áreas que são afluentes de fornecimento de água para as regiões. Dando sequência à reunião, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor José Antônio Guidi, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Curitiba, que disse estar ali para determinar as soluções, verificar os problemas existentes e - através da Casan, dos órgãos públicos, dos prefeitos e com a força do Deputado na Funasa, no governo federal - procurar atingir os objetivos almejados. Por ser engenheiro civil e funcionário de carreira há vinte e oito anos na Prefeitura, afirmou que até hoje não existe nenhum metro de esgoto tratado em toda a região e considerou que isso é preocupante porque as águas levam o esgoto para toda a região. Avaliou que nos últimos trinta anos teve-se pouco esgoto tratado nos municípios com menos de cinquenta mil habitantes e que agora é que se está fazendo um plano para o tratamento de esgoto nos municípios com menos de dez mil habitantes. Demonstrou preocupação com os dejetos da penitenciária lançados no rio, mas questionou o que se fará com o tratamento das águas residenciais, avaliando que aí está o grande volume de esgoto a ser tratado; disse que o esgoto está se misturando com a água da chuva, o que aumenta o volume de água a ser tratada; e lembrou que o tratamento de fossa e de filtro é apenas paliativo, não suprimindo as reais necessidades de um tratamento específico para despoluir a água. Prosseguindo, fez uso da palavra o Senhor Vereador Valdeci Oliveira de Liz, Presidente da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul, que ponderou que o grande problema não está na penitenciária, mas, sim, nas cidades; disse que quer ser parceiro nessa luta juntamente com todos os vereadores; e desejou sucesso a todos. Na sequência, a Senhora Ivonete Zager Felisbino, Prefeita do município de Frei Rogério, avaliou que esse problema é uma preocupação dos administradores tanto da grande como da pequena cidade; disse que a saúde depende muito da água consumida; e declarou que os prefeitos da região, através da Amurc e da Assembleia, têm que abraçar essa causa e lutar para que possam resolver o problema da penitenciária e dos municípios. Ato contínuo, o Senhor Rubens Bernardo Schmidt, Prefeito do município de Ponte Alta do Norte, considerou que a questão do esgoto não é diferente da dos municípios da região, que é largado no riacho e acaba chegando ao Rio das Pedras, ao Rio Marombas e ao Rio Canoas; e informou que estão fazendo um projeto de saneamento básico em Ponte Alta do Norte para que possam amenizar um pouco a contaminação das águas. Em seguida, o Senhor Clóvis Fernando Camargo, representando o Departamento de Administração Prisional, disse que o Departamento, através do Senhor Adécio, não vai medir esforços para resolver o problema da penitenciária. A seguir, o Senhor José Heitor Maciel, chefe da Casan da Regional do município de Curitiba, disse que é químico e controla a qualidade da água tanto do rio quanto da que é distribuída para os municípios de São Cristóvão do Sul, Ponte Alta, Curitiba, Santa Cecília e Ponte Alta do Sul. Informou que ali estava representando o Senhor Telles e que a preocupação em relação ao esgoto tem trazido muita discussão. Comentou que a Casan é muito cobrada, por prefeitos e pela comunidade, para tratar o esgoto e comunicou que hoje a Casan está tratando o esgoto em Criciúma, principalmente na região litorânea; em São Joaquim; em Curitiba (iniciaram o projeto); e em São Cristóvão (a Prefeitura fez o projeto e passou para a Casan tentar arrecadar dinheiro para implantar o tratamento de esgoto). Concluindo, disse que agora é questão de colocar os projetos em prática. Prosseguindo, a Senhora Sisi Blind, secretária da Saúde de São Cristóvão do Sul, falou que quando assistiu ao vídeo lembrou da imagem bíblica que dizia que o espírito de Deus pairava sobre as águas no início da criação e questionou a qualidade da água que estão fornecendo para se fazer uma boa administração da criação. Considerou que esse não é o maior problema da região, é apenas um deles, e concluiu dizendo que é a partir de pequenas ações

que grandes obras são feitas. Fazendo uso da palavra, o Senhor Valdemar Gatner de Souza, coordenador da Fatma em Curitiba, disse que a coordenadoria de Curitiba foi criada há um ano e que tem sido uma grande parceira dos prefeitos; e informou que todos os projetos da Prefeitura que entram na Fatma, em Curitiba, são trabalhados de forma rápida para que os projetos tenham continuidade. [*Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.*] Na sequência, o Senhor Julio Bernardo da Silva Filho, presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, saudou os presentes e falou que a água é vida e também é morte; que a questão de cuidar das águas é recente no País e que sempre foi responsabilidade do Estado, mas que não é uma administração que vai resolver os problemas. Disse que todos sofrem com a questão das águas, e que a sociedade já entendeu que todos têm que defender esse bem participando do processo e cobrando dos administradores. Registrou que o Ministério das Cidades tem muito dinheiro para resolver o problema de saneamento em todo o País, mas que faltam projetos e vontade política, principalmente porque o meio ambiente nunca foi preocupação. Declarou que veio do município de Criciúma, onde não existe mais água de qualidade para o abastecimento devido à mineração, e que a água tem que vir do pé da serra para Criciúma e para as cidades vizinhas. Explicou que no planalto acontece o oposto, pois a água é de boa qualidade, e que é responsabilidade de cada um cuidar desse bem, principalmente tratando os esgotos. Ao final, informou que o Comitê realizou uma assembleia com a participação dos entes envolvidos na questão das águas buscando solução para os problemas existentes. Dando continuidade à audiência, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, registrou que conhecia bem a região de Criciúma e o Senhor Julio Bernardo. A seguir, o Senhor André de Farias, Gerente do Instituto Geral de Perícias (IGP), cumprimentou os presentes; comentou a importância de a sociedade estar mobilizada para tratar da questão apresentada; disse que a Secretaria de Segurança Pública não estava ali apenas como órgão participante, mas, sim, como atuante e que não medirá esforços para que os problemas gerados pelo Presídio Regional de Curitiba sejam solucionados o mais rapidamente possível; e esclareceu que as soluções para o meio ambiente devem ser feitas através de ações coletivas, com cada um fazendo a sua parte. Após essa manifestação, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, comentou que, quando da visita do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Gercino Gerson Gomes Neto, à Assembleia Legislativa, conversaram sobre a possibilidade de (a exemplo do que foi feito na questão do lixo) discutir um Termo de Ajuste de Conduta para o saneamento básico no Estado. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Raul Gustavo Juttel, Promotor de Justiça de Curitiba, que saudou os presentes e disse que o Ministério Público já tem um programa sobre saneamento em quase todos os municípios catarinenses, pois é uma prioridade institucional. Registrou que Santa Catarina é um dos piores Estados no ranking de saneamento básico, e que a instituição é parceira na busca de solução para a questão da água e do saneamento, pois uma das suas atribuições é cuidar do meio ambiente. Afirmou que a participação e a cobrança de soluções são importantes e que não adianta resolver o problema da Penitenciária e deixar de lado todas as outras questões relativas à água. Concluiu dizendo que cada um deve fazer a sua parte e cobrar melhorias para a região. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, registrou a presença da Senhora Elite Gboardi, Diretora-Geral da SDR de Curitiba, e aproveitou para agradecer o apoio policial da região ao evento. Após isso, corroborou as palavras do Doutor Raul e informou que Santa Catarina tem a menor taxa de mortalidade infantil do Brasil, um dos melhores indicadores educacionais, uma das maiores rendas *per capita*, mas que em relação ao saneamento só perde para o Estado de Piauí. Disse que a audiência era para discutir a situação em relação ao presídio e não para achar culpados, mas que cada município vai ter que trabalhar e fazer projeto para resolver a questão do seu saneamento. Ainda, ressaltou que o Governo Federal tem aportado recurso para essa área através da Funasa, que o planalto serrano foi contemplado no PAC do Saneamento e que todas as cidades corrigirão o saneamento com recursos federais. Afirmou que a Casan, até o momento, não investiu como devia na questão de saneamento e que é uma lastima o Estado ser o segundo pior do Brasil nesta questão. Na sequência, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito do município de Curitiba, que cumprimentou os presentes e falou sobre a importância da audiência para a região. A seguir, historiou de mil novecentos e setenta e dois até hoje, justificando o porquê da audiência: que em mil novecentos e setenta e dois o município de Curitiba assinou um convênio com a Casan para atendimento, tratamento da água, elaboração e execução de projeto de saneamento básico; que se desmembraram os municípios e os problemas continuaram a aumentar; que em mil novecentos e setenta e três ou mil novecentos e setenta e quatro foi feita a Penitenciária Agrícola de São Cristóvão do Sul, inaugurada em mil novecentos e oitenta e dois 1982: que aumentou a população e a contaminação dos rios; que o

contrato de concessão com a Casan foi renovado e o prazo expirou em janeiro de dois mil e dez. Falou que os prefeitos contrataram o consórcio Coinco para dar destino ao lixo - com o apoio governador Luiz Henrique da Silveira, que, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, liberou recursos e contratou o Consórcio da Empresa Sotepa/Iguatemi para execução do projeto do Plano de Saneamento Básico que está em andamento; e que o município de Curitiba, por ter mais de dez mil habitantes, não foi contemplado com os recursos do Governo do Estado. Disse que devido à necessidade premente de tratar a água está sendo feita uma estação simples, no aterro sanitário, para minimizar a situação e dar o pontapé inicial para resolver esse problema. Afirmou entender a preocupação do Professor Júlio quando disse que tem recurso, mas falta força política; porém, comentou que esta força está sendo demonstrada nesta audiência pública com a união de todos para preservar a água e a vida; e frisou que é necessário ter vontade civil também, não só as pessoas públicas. Concluiu parabenizando o Prefeito Jaime Cesca pela brilhante ação, também do Presidente da Amurc, para resolver esse problema. Em seguida, o Senhor Prefeito Jaime Cesca, do município de São Cristóvão do Sul e Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc), cumprimentou os presentes, em especial o Prefeito Wanderley, o Prefeito Binho (Rubens) e a Prefeita Ivonete por serem protagonistas na criação da Associação dos Municípios da Região do Contestado; agradeceu a participação do Ministério Público; e registrou a importância da mobilização das pessoas em busca de um objetivo comum para São Cristóvão do Sul e demais municípios da região. Disse que estavam tratando sobre a qualidade da água e sobre a questão dos dejetos depositados no Rio Marombas pela Penitenciária Regional de Curitiba, mas que os prefeitos também têm de se preocupar em encontrar solução para os dejetos dos municípios. Isso posto, pediu permissão para sair um pouco da questão da água e discorreu sobre os fatos que levaram à criação da Associação para defender os pequenos municípios nos problemas comuns da região, em especial o problema socioeconômico, em busca do desenvolvimento. Afirmou que os prefeitos têm o compromisso de buscar recursos para desenvolvimento de seu município, seja no Estado ou no Governo Federal. Aproveitou para registrar a questão dos pequenos agricultores e o seu compromisso com a preservação das nascentes, o que os deixa à mercê de restrições em suas áreas de produção de alimento. Questionou o fato de as hidroelétricas da região pertencerem a grandes grupos que exploram a riqueza das águas na geração de energia e de os pequenos produtores não serem remunerados, mas serem os responsáveis pela preservação da nascente, como por exemplo o Rio Marombas, que nasce em São Cristóvão do Sul. Disse que [os prefeitos] não se eximem da responsabilidade quanto ao saneamento básico, mas que no momento exigem do Estado uma solução para o esgoto da Penitenciária Regional de Curitiba. Lançou o desafio da Penitenciária Regional de Curitiba, que é conhecida como modelo de Santa Catarina, de passar a ser modelo na questão do tratamento dos seus dejetos. Ressaltou que a Associação foi criada para buscar soluções para problemas fundamentais, dando como exemplo a questão dos cinquenta hectares - agora é facultativo ao pequeno produtor cadastrar o potencial da sua propriedade. Ainda, disse que a Amurc, através de ações concretas como o debate sobre a questão da volta da utilização da ferrovia para escoamento da produção e a questão de trazer uma unidade da Universidade Federal para a região, demonstra a sua importância. Solicitou que a audiência fosse tratada como uma parceria da Amurc com Assembleia Legislativa para tratar da questão das águas e do tratamento dos dejetos, especialmente os da Penitenciária Regional. Concluiu desejando um bom trabalho a todos na busca de soluções para a região. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, parabenizou a Associação por sua organização e importância para superar as demandas da sociedade catarinense como um todo. Com relação à questão das hidroelétricas, sugeriu marcar outra audiência pública para tratar desse assunto específico. Registrou que, por mais que queira amenizar a situação, faz vinte e oito anos que esse presídio foi inaugurado e que não tem justificativa não estar resolvido o problema. [Taqui-grafadora: Almerinda Lemos Thomé.] Relatou que em conversa com o Senhor André havia lhe dito que se ele resolvesse a questão do presídio já teria cumprido com a sua missão, lembrando ser esta uma pendência de vinte e oito anos para uma comunidade carcerária atual de aproximadamente mil pessoas. Falou que por ser sanitarista sabe que a fossa e o filtro resolvem muito e que, se for feita uma análise do perfil epidemiológico dos presidiários, se constatará que há presidiários com muitas doenças infectocontagiosas, diferente do contingente populacional de uma residência. Afirmou que se a questão não for resolvida logo lançará o convite à Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc) para que juntos espalhem pela região *outdoors* mostrando os dejetos do presídio, acreditando que com isso o problema estará resolvido num curto espaço de tempo. Disse não entender a contradição existente no Estado de Santa Catarina, que não consegue solucionar a questão do Presídio Regional de Curitiba,

que não é tão cara, ao mesmo tempo em que tem como exemplo o próprio presídio. Observou que com diálogo as coisas se resolvem, dando como exemplo Rio do Sul, que, depois de uma audiência pública, em quatro meses teve resolvido o problema, e frisou que com o esforço de todos aquela região também teria resolvida a sua questão do presídio. Na sequência, a palavra foi aberta à plenária, sendo que o primeiro inscrito foi o Senhor Kauê Tortato, biólogo de Curitiba, que se dirigiu ao prefeito Wandley Teodoro Agostini, de Curitiba, perguntando o que a administração curitibanense estava fazendo em relação à ocupação desordenada ao longo do córrego do Pessegueirinho, que segundo a Casan é um dos mais poluídos da região. Antes de conceder a palavra ao prefeito Wanderley Agostini, de Curitiba, para que o mesmo respondesse ao questionamento que lhe foi formulado, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, solicitou que os participantes, em razão do tempo, se ativessem ao tema central da audiência pública, mas que poderia ser programada uma audiência pública em Curitiba para discutir várias outras questões ambientais, e se propôs a conversar a respeito com o Deputado Dirceu Dresch, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc. O Prefeito de Curitiba, Senhor Wanderley Teodoro Agostini, respondendo ao Senhor Kauê Tortato, relembrou que no dia onze de junho Curitiba completará cento e quarenta e um anos de emancipação política e que sua fundação ocorreu em torno do Pessegueirinho, pois que fazia parte do caminho das tropas, mas que algumas ações já foram desenvolvidas entre a Fatma e a Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Curitiba no sentido de tentar despoluir o arroio Pessegueirinho. Afirmou que a ocupação desordenada é fruto da carência habitacional que existe não só em Curitiba, mas em todas as cidades brasileiras, e analisou que talvez sejam necessárias ações mais eficazes, como a contratação da elaboração do Plano Diretor de Saneamento Básico, ressaltando que se o referido plano não estiver pronto até o mês de outubro do ano de dois mil e dez o município não poderá mais receber recursos do governo federal, sendo esta uma preocupação sua. O próximo inscrito foi o Vereador Sidnei Furlan, da cidade de Curitiba, que saudou todas as autoridades presentes e a população em geral, especialmente o Deputado Jailson Lima, afirmando ser esse um dos deputados mais atuantes da Assembleia Legislativa e que tem dado uma atenção especial à região, e a Prefeita Ivonete Zager Felisbino, do município de Frei Rogério, em nome de quem cumprimentou todas as mulheres pelo dia trinta de abril, Dia Nacional da Mulher. Destacou a importância da atuação do Ministério Público, tendo em vista que quando se fala em saneamento básico está-se falando em saúde pública, analisando que esse problema crônico não é só da Penitenciária Regional de Curitiba, sediada em São Cristóvão do Sul, mas um problema de toda a região. Falou que quando foi Presidente da Câmara de Vereadores, numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional, sugeriu a criação de um conselho intermunicipal de saneamento básico, a exemplo do que acontece na região da Amures, tendo o Coinco se colocado à disposição da região, que é uma das que tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano do Estado, e citou alguns dados demonstrando o contrassenso dentro de Santa Catarina: é o sétimo Estado no PIB, o quarto em termos de desenvolvimento e o último em termos de investimento em saneamento básico. Disse ser importante destacar que nunca se investiu tanto em saneamento básico no País como atualmente, reputando de extrema importância a aprovação da Lei nº 11.445/2007, através da qual se instituiu o saneamento básico como política pública de Estado e não de governo. Reafirmou sua posição de defender a Casan como empresa pública, como patrimônio do povo de Santa Catarina, e concluiu dizendo ser salutar a iniciativa da Assembleia Legislativa na realização da audiência pública. Na continuidade, falou o Senhor Rui Braun, Secretário da Administração e Planejamento do Município de São Cristóvão do Sul, que fez uma consideração política em defesa dos prefeitos da região afirmando que todos eles, ao longo dos últimos anos, têm assumido com muita firmeza o seu papel, seja através do encaminhamento de projetos, do ajustamento com o Ministério Público, de investimentos próprios na resolução dos problemas. Citou alguns exemplos, como o fato de que desde mil novecentos e noventa e sete os municípios têm colocado a Casan que precisam regularizar os contratos, sendo que há municípios na região que sequer têm contrato, como é o caso de São Cristóvão do Sul; que o município já fez lei, já negociou, já notificou a Casan e o máximo que se chegou na questão do saneamento e da água foi a proposta de um repasse mensal ao município de R\$ 1 mil (um mil reais); que quando foram construídas mais celas no presídio o Município de São Cristóvão do Sul entrou na Justiça tentando barrar a construção, mesmo porque estava sem alvará, na época, o que parece ainda estar ocorrendo, e até hoje a situação não foi resolvida porque a Justiça não decidiu; e que no ano de dois mil e cinco, por pressão daquele município, a Casan fez o projeto técnico para resolver a questão da penitenciária, mas que o mesmo está parado. Encerrou dizendo que agora chegou o momento de os outros entes assumirem a sua responsabilidade, como a Casan discutindo os contratos, o

saneamento, e a penitenciária dando exemplo na questão dos seus dejetos. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, registrou a presença dos Vereadores Mirins de São Cristóvão do Sul, convidou-os a tirar uma foto com os membros da mesa e mencionou que eles têm um projeto chamado "Ser Bonito e Ser Legal é Cuidar da Questão Ambiental", parabenizando-lhes pelo trabalho e dizendo que futuramente estariam atuando na Assembleia Legislativa, ou dirigindo o Estado como governador, ou o País como Presidente da República, ou o município como prefeito. Mencionou também que era véspera do dia primeiro de maio, Dia do Trabalhador, aproveitando para cumprimentar todos os trabalhadores, realçando que aquele era um dia de reflexão pelas lutas e conquistas, e estendeu seus cumprimentos ao presidente Lula, que no dia anterior havia sido eleito uma das cem principais personalidades do mundo, estando à frente de Barack Obama, presidente americano. Na sequência, passou a palavra ao Vereador Ângelo Scolaro, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, que cumprimentou as autoridades e a comunidade presente e afirmou não ser culpa dos funcionários da Casan a falta de saneamento nas cidades. Enalteceu o ato de grandeza do Prefeito Wanderley Agostini em tentar resolver o problema, mas ressaltou que o fato aconteceu também em Chapecó e o Ministério Público devolveu a concessão à Casan. Informou que esteve em Joaçaba fazendo uma incursão para verificar como se dá com o consórcio entre os municípios que lá funciona há mais de trinta anos, avaliando que o trabalho está sendo feito gradativamente desde que foi iniciado, e que é sabedor de que a situação dos municípios atualmente é muito complicada, porque o investimento é gigantesco; e lembrou que o Hospital Regional de Curitiba tem uma estação de tratamento de esgoto. Concluiu analisando ser importante sair da audiência pública com uma data para resolver o problema da penitenciária, bem como com a cobrança, pelo Ministério Público, de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Casan no sentido de que comece fazendo esgoto nas cidades, afirmando ser importante que se dê o primeiro passo nessa direção. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, retomou a palavra e registrou a presença de um contingente grande de professores da região e lembrou que é ano eleitoral e que há necessidade de cobrar dos candidatos qual o plano de investimento para a área de saneamento básico. Esclareceu que não se pode só cobrar da Casan, porque ela não tem autonomia nem recursos para resolver o saneamento do Estado, afirmando que a legislação atual prevê que é uma questão de Estado e que o governo Lula tem gradativamente investido recursos em saneamento. Isso posto, perguntou à plenária se mais alguém gostaria de falar, e como ninguém se manifestou, disse que poderiam passar para os encaminhamentos. Antes, porém, perguntou ao secretário Dudão [José Antônio Guidi, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba] se há levantamento do custo de tratamento para o presídio, obtendo como resposta do Senhor José Antônio Guidi, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba, que havia sido feita uma colocação pelo secretário da Administração de São Cristóvão do Sul de que existia um projeto elaborado pela Casan, mas que esse levantamento de custo ele não tinha naquele momento, não sabendo se era somente fossa e filtro no tratamento. Ato contínuo, o Senhor José Heitor Maciel, chefe da Casan da Regional do município de Curitiba, afirmou ao secretário Dudão que a Casan fez o projeto e pelo que foi passado pelo pessoal da engenharia o mesmo foi orçado em R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), tendo sido entregue no dia vinte e seis de novembro de dois mil e sete ao secretário Ronaldo Benedet. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, imediatamente afirmou que o custo do projeto estava superfaturado, esclarecendo que já foi prefeito e sabe o custo de uma estação de tratamento, sabe o quanto se gastou no presídio em Rio do Sul e que, por isso, tinha certeza que havia erro no custo do projeto. O Senhor André de Farias, gerente do Instituto Geral de Perícias (IGP), fez uso da palavra e disse que era engenheiro sanitário ambiental de profissão, que já havia trabalhado por mais de seis anos na iniciativa privada somente com tratamento de água e tratamento de efluentes e por isso poderia afirmar que a situação de presídio é diferente do tratamento de efluentes para residências: a contribuição *per capita* de um presídio é muito superior à de uma residência, tendo em vista que no presídio a pessoa fica lá por vinte e quatro horas, sendo muito difícil controlar a quantidade de água que um preso consome. Exemplificou que em São Pedro de Alcântara, quando chega o verão, os presos abrem todas as torneiras para ficar uma lâmina de água dentro das celas a fim de se refrescarem, e que por essa razão agora estavam trabalhando em presídios da Secretaria com vazões maiores do que a *per capita*. Colocou também que a Casan é especialista em tratamento de efluentes e a Secretaria da Segurança Pública é especialista em segurança, sendo muito difícil adotarem modelos que são aplicados para saneamento básico em comunidades em um presídio. Afirmou não conhecer todo o projeto, mas acha que é com lodo ativado, que é uma estação de tratamento eficiente, mas complicada de ser operada, e que a Secretaria já fez estudo de situações mais simples, com a

mesma eficiência, mesma qualidade de lançamento e com investimento muito mais baixo do que um projeto de lodo ativado. Retomando a palavra, o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, disse que também conhece um pouco do assunto por ser sanitário e questionou o preço que foi apresentado, afirmando existirem alternativas mais simples, mais baratas e eficientes, e comunicou que vai fazer um pedido de informação para ver quanto se pagou no projeto, até porque esse é o seu papel como legislador. Como proposta de encaminhamento, e para que não se fique mais vinte e oito anos aguardando uma estação de tratamento de esgoto, sugeriu a realização de uma reunião na próxima semana entre os atores envolvidos (presidente da Casan, secretário da Segurança Pública, prefeitos da Amurc, representante do presídio) para a resolução da questão. Inclusive ponderou que seria interessante visitarem o presídio de Rio do Sul para ver a estação de tratamento, num projeto desenvolvido pela Epagri, acrescentando que a estação de tratamento da Epagri em Agronômica é zona de raízes, um processo simples e barato, muito distante do alto custo daquele projeto. Em seguida perguntou à plenária mais uma vez se alguém gostaria de falar, e como ninguém se manifestou, passou a palavra aos membros da mesa a fim de que pudessem apresentar sugestões para a reunião com o secretário da Segurança Pública e o presidente da Casan, dizendo que se o encaminhamento para o futuro fosse conversar com o governador, marcariam uma audiência, até para que não fosse preciso colocar na região os *outdoors* mostrando o que é o presídio há vinte e oito anos na questão de saneamento básico. Frisou que queria ter certeza que os Vereadores Mirins sairiam daquela audiência dizendo que valia a pena ser Vereador Mirim na cidade de São Cristóvão do Sul. [Taqui-grafadora: Siomara G. Videira.] O primeiro a se manifestar foi o Senhor André de Farias, gerente do Instituto Geral de Perícias (IGP), que afirmou que desde o convite recebido para participar da audiência pública já havia iniciado trabalhos e estudos sobre o que poderia ser feito na penitenciária. Contou ter estado com o diretor do presídio, doutor Anderson, dizendo que a partir da reunião a ser realizada em Florianópolis na semana seguinte os problemas estarão sendo solucionados. Após, a Senhora Sisi Blind, Secretária de Saúde do Município de São Cristóvão do Sul, afirmou que, de cada real investido em saneamento, há cinco reais para serem investidos em saúde e que com certeza essa iniciativa reforça o anseio da população. Ressaltou que o Presidente da audiência pública, Deputado Estadual Jailson Lima, destacou que a Funasa trabalhará na resolução das questões habitacionais da região, afirmando que o Prefeito e os Vereadores de São Cristóvão do Sul irão trabalhar nisso, destacando a força despendida pelos Vereadores Mirins do município. Em seguida falou o Senhor José Heitor Maciel, chefe da Casan da Regional do município de Curitiba, que afirmou saber dos problemas citados na reunião, pois é muito cobrado nesse aspecto. Disse estar ali naquela audiência pública "dando a cara para bater", lembrando que na sua opinião quem realmente deveria estar presente à audiência pública, como o Governador do Estado e o Presidente Lula, não estava. Neste momento o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, interrompeu a fala do Senhor José Heitor Maciel, afirmando que o presidente Lula não tem responsabilidade alguma com o presídio de São Cristóvão do Sul, e o representante da Casan afirmou que o Presidente Lula tinha compromisso com o problema do saneamento, o que o Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, afirmou como correto, mas que não estava presente na audiência pública para discutir esse tema. Retornando ao Senhor José Heitor Maciel, este afirmou que a Casan da região é muito preocupada com a questão do saneamento básico, que tem levado as reivindicações até o presidente da Casan e que pouca coisa tem sido atendida, o que é lastimável. Afirmou que não existem investimentos da Casan na região, pois esses investimentos estão sendo feitos na região litorânea; comentou que o IDH da região é muito baixo, que o governo deve olhar mais para aquela região; disse que só se consegue as coisas através da política e que as pessoas têm que "botar a boca no trombone", reivindicando, através da luta, a solução para os problemas da região; e falou que dinheiro há, mas que a burocracia acaba criando entraves na aplicação desses recursos. Na sequência falou o Senhor Rubens Bernardo Schmidt, Prefeito de Ponte Alta do Norte, que parabenizou a iniciativa do prefeito Jaime, através da Amurc, e a Alesc, pela feita da audiência pública. Disse acreditar que a sociedade civil, juntamente aos políticos, chegará a uma solução, sendo a audiência pública o primeiro passo para isso. Senhora Ivonete Zager Felisbino, Prefeita do município de Frei Rogério, agradeceu pela iniciativa ao Presidente da Amurc e à Assembleia Legislativa, afirmando que os encaminhamentos tirados do encontro são importantes e lembrando que haverá reunião da Amurc no dia treze de maio do corrente ano, propondo que a reunião fosse antecipada para uma data mais próxima e que contasse com a presença dos políticos da região, e enfatizou a importância da presença do Governador na reunião que será realizada na Alesc, para que já fosse elaborado um encaminhamento que resolvesse esse problema. Ressaltou que a resolução dos problemas de saneamento básico é

fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população de toda a região. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, lembrou que é muito difícil a presença do Senhor Governador em uma reunião como esta que será realizada, mas que os Secretários Estaduais têm competência para tratar do assunto, que não é dos mais difíceis de serem resolvidos. O Senhor José Antônio Guidi, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba, afirmou ser parceiro na luta para encontrar soluções em termos de Secretaria de Desenvolvimento Regional e que já é conhecedor do problema há vários anos. Disse que quando soube que seria tratado na audiência pública o tema da qualidade da água em geral trouxe ao debate a questão do esgotamento sanitário residencial. Citou que o problema discutido na reunião não era de difícil resolução por parte do Estado, haja vista que outros valores muito superiores são gastos em outros setores, como a saúde. Comentou que antigamente em Curitiba não havia água tratada, o que levava a população a cavar poços artesianos, mas que muitos deles eram usados como fossas e isso poluía as águas subterrâneas. Explicou que as fossas e os filtros residenciais devem receber uma manutenção anual, como a retirada do lodo acumulado para um local adequado e a devolução da água tratada ao meio ambiente, concluindo que se esse processo não for realizado corretamente acarretará na poluição do sistema misto de águas servidas e que esse tema, do esgotamento sanitário residencial, deve ser alvo de uma nova audiência pública. Prometeu que estará presente na reunião a ser realizada na Alesc, lutando a favor da comunidade e representando a SDR. Ato contínuo, o Senhor Vereador Valdeci Oliveira de Liz, Presidente da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul, disse estar preocupado com a questão das doenças que estão presentes nos dejetos do presídio que são lançados no Rio Marombas, pois a população utiliza partes do rio como área de lazer e estas podem se contaminar com essa água. Parabenizou a todos e colocou-se a disposição nesta luta. Em seguida falou o Senhor Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito do município de Curitiba, que disse que voltaria para sua casa com a sensação do dever cumprido, pois presenciou a luta de todos na resolução do problema proposto, confirmando sua presença na reunião a ser realizada na Alesc, alertando que este é somente um primeiro passo nesta luta, mas que, com o trabalho de todos, a situação será resolvida. Dando continuidade à reunião, o Senhor Clóvis Fernando Camargo, representando o Departamento de Administração Prisional, pediu que fosse convidado para a reunião o Secretário Executivo de Justiça e Cidadania, Doutor Justiniano Pedroso, e também o Doutor Adécio José Velter. Lembrou ainda que o Diretor da penitenciária de Curitiba também é parceiro nessa luta. Em seguida foi a vez do Senhor Valdemar Gatner de Souza, Coordenador da Fatma em Curitiba, que disse que a Prefeitura de Frei Rogério encaminhou um projeto na área sanitária e que conversado constantemente com a Coinco; que participou do PAC de São Cristóvão do Sul na dragagem do rio ao lado da penitenciária e que deve entregar a licença a eles também. Disse que a Fatma de Curitiba ainda é deficiente de funcionários, pois só há dois, e que dependem de Caçador, mas que lutam para que os trabalhos e as licenças sejam rapidamente entregues. Depois se manifestou o Senhor Raul Gustavo Juttel, promotor de Justiça de Curitiba, que agradeceu a presença de todos, lembrando que é titular de Santa Cecília e está exercendo a substituição da 1ª Promotoria de Curitiba, que é a responsável pelo meio ambiente. Confessou que é possível que já haja procedimento para investigar o caso do Rio Marombas, em andamento na Promotoria, e comprometeu-se a repassar ao presidente da Amurc o material já existente neste procedimento, assim como pediu que o resultado da próxima reunião fosse passado à Promotoria para que fossem tomadas as devidas providências. Afirmou que o Ministério Público está engajado nesta luta, pois quando mais dinheiro for investido em saneamento, mais dinheiro sobrar para a saúde. Em seguida falou o Senhor Julio Bernardo da Silva Filho, presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, que parabenizou todos pela união de esforços em prol desta causa, mas lembrou de um problema maior, que é a questão do saneamento em todos os municípios do Estado. Disse que é complicado para os municípios conseguirem os recursos da Funasa e que é preciso agilidade política para a liberação de recursos para o saneamento. Afirmou que é através de audiências públicas e outras manifestações democráticas que o problema será resolvido, onde todos trazem os problemas e as eventuais soluções. Comentou a Lei Estadual do Saneamento, que prevê um fundo para o saneamento e que isso ainda não foi solucionado. Agradecendo pela oportunidade de ter participado da audiência pública, disse esperar que a Assembleia Legislativa organize outros eventos nesse sentido. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, propôs que a reunião seja marcada para a próxima terça-feira, dia quatro, à tarde, ou no máximo para quarta-feira, dia cinco de maio. Prometeu que vai solicitar encontro com o Senhor Walmor De Luca, pois não irá se reunir com a diretoria, mas sim com quem decide de fato. Afirmou que o que muitas vezes parece difícil é resolvido com diálogo e franqueza, lembrando que muitas vezes não há conversa alguma entre os órgãos. Falou que a

dinâmica de governo, com a mudança de autoridades que ocorre, é prejudicada e as coisas acabam parando no meio do caminho. Comentou que havia feito, há uma semana, na cidade de Forquilha, uma audiência pública em homenagem à Doutora Zilda Arns, e que esta conseguiu algo que era considerado inimaginável no Brasil, que era a redução da mortalidade infantil; e citou que uma cidade do Estado do Paraná, chamada Florestópolis, tinha um dos maiores índices de mortalidade infantil do Brasil, com aproximadamente cento e vinte e sete mortos a cada mil crianças nascidas. Lembrou que numa conferência realizada na Suécia, em Genebra, houve um cidadão que fez um desafio ao irmão da doutora Zilda Arns, Dom Evaristo Arns, cobrando que a Igreja no Brasil tivesse uma ação de fé e solidariedade no sentido de reduzir esta mortalidade infantil. Afirmou que a Pastoral da Criança existe atualmente em vinte países pobres, atendendo quarenta mil comunidades carentes somente no Brasil, ajudando mais de dois milhões de crianças, contando com duzentos mil voluntários que trabalham gratuitamente. Afirmou que a principal medida para a redução de cento e vinte e sete para vinte e oito mortos a cada mil nascimentos em apenas um ano foi o procedimento de pesar as crianças, observar qual delas tinha diarreia e disenteria, estimular a mãe a amamentar a criança e dar o soro caseiro, mostrando que o cuidado básico era o mais importante. Pediu perdão ao cidadão que fez o projeto para a solução do problema do Rio Marombas, afirmando que este não discutiu com outras pessoas que mexem com o meio ambiente e com o tratamento de esgotos. Pediu perdão também àqueles que passaram pelo governo e pelas secretarias, afirmando que estes não levaram a sério o problema ambiental, pois só se preocuparam com os presos da penitenciária. Afirmou que todos que ali estavam deveriam sair dali com um compromisso mútuo, não havendo posições partidárias na resolução desta causa e sim uma concepção de cidadania, lembrando que a preservação do meio ambiente é uma das atitudes fundamentais em prol da vida. Comentou que teve a satisfação de aprovar um projeto na Assembleia Legislativa, que havia sido vetado pelo Governador do Estado, onde foi estabelecido que em cada área de reflorestamento cinco por cento de cada área dos projetos apresentados e que forem aprovados terão que ter, obrigatoriamente, árvores nativas e produtoras de alimentos para a fauna, pois os passarinhos, além de outros animais, estão passando fome. Disse que conversou com o Governador e este afirmou que era um absurdo ter vetado este projeto, lembrando que muitas vezes as assessorias jurídicas aconselham os governantes - que não têm tempo para ler todos os projetos encaminhados - a tomarem certas decisões, mas que o Governador Luiz Henrique, utilizando o bom-senso, aprovou o projeto. Lembrou que toda a cidadania depende dos mananciais e do tratamento da água. Confessou que, apesar de ser Deputado de oposição, tem sido parceiro do governo, afirmando que não faz oposição sistemática, e sim oposição propositiva, no sentido de construir e lutar em prol da cidadania. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Prefeito Jaime Cesca, do município de São Cristóvão do Sul, que agradeceu a todos pela presença e lembrou que o Rio Marombas nasce em São Cristóvão do Sul, que os dejetos produzidos lá rumam para os outros municípios da região e que, sendo assim, as ações devem começar por lá. Afirmou que não irá desistir até que esta questão seja solucionada. Encerrou afirmando que quando a população e o governo lutam por uma causa como esta, em defesa da vida, todos saem ganhando. O Senhor Presidente, Deputado Estadual Jailson Lima, agradeceu ao público presente e às autoridades prometendo informar a todos a data e o horário da reunião que se realizará na Alesc. Nada mais a tratar, encerrou a audiência pública. [Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]

DEPUTADO ESTADUAL JAILSON LIMA
PRESIDENTE
*** X X X ***

LEI

LEI Nº 15.182, de 26 de maio de 2010

Fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e renda inferior a 02 (dois) salários mínimos e adota outras providências.

Eu, Deputado Jorginho Mello, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em exercício, nos termos do art. 54, § 3º da Constituição do Estado promulgo a presente Lei:

Art. 1º As pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais, excetuando-se os de característica urbana, de que trata o art. 189, II, da Constituição do Estado de Santa Catarina e os serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares, observados os seguintes termos:

I - a reserva e ocupação de 02 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos;

II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. É assegurada a prioridade ao idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - serviço de transporte intermunicipal de passageiros: o que transpõe o limite do município, cujo transporte de passageiros são realizados em veículos de transporte rodoviário;

II - linha: serviço de transporte coletivo de passageiros executado em uma ligação de dois pontos terminais, nela incluída os seccionamentos e as alterações operacionais efetivadas, aberto ao público em geral, de natureza regular e permanente, com itinerário definido no ato de sua delegação ou outorga;

III - seção: serviço realizado em trecho do itinerário de linha do serviço de transporte, com fracionamento do preço de passagem; e

IV - bilhete de viagem do idoso: documento que comprove a concessão do transporte gratuito ao idoso, fornecido pela empresa prestadora do serviço de transporte, para possibilitar o ingresso do idoso no veículo.

Art. 3º Na forma definida nesta Lei ao idoso com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos serão reservadas 02 (duas) vagas gratuitas em cada veículo, do serviço convencional de transporte intermunicipal de passageiros.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, incluem-se na condição de serviço convencional os serviços de transporte rodoviário intermunicipal convencional de passageiros, prestado com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares.

§ 2º O idoso, para fazer uso da reserva prevista no *caput* deste artigo, deverá solicitar um único "Bilhete de Viagem do Idoso", nos pontos de venda próprios da transportadora, com antecedência de, pelo menos, três horas em relação ao horário de partida do ponto inicial da linha do serviço de transporte, podendo solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno, respeitados os procedimentos da venda de bilhete de passagem, no que couber.

§ 3º Na existência de seções, nos pontos de seção devidamente autorizados para embarque de passageiros, a reserva de assentos também deverá estar disponível até o horário definido para o ponto inicial da linha, consoante previsto no § 2º.

§ 4º Após o prazo estipulado no § 2º, caso os assentos reservados não tenham sido objeto de concessão do benefício de que trata esta Lei, as empresas prestadoras dos serviços poderão colocar à venda os bilhetes destes assentos, que, enquanto não comercializados, continuarão disponíveis para o exercício do benefício da gratuidade.

§ 5º No dia marcado para a viagem, o idoso deverá comparecer ao terminal de embarque até trinta minutos antes da hora marcada para o início da viagem, sob pena de perda do benefício.

§ 6º O "Bilhete de Viagem do Idoso" e o bilhete com desconto do valor da passagem são intransferíveis.

Art. 4º Além das vagas previstas no art. 3º, o idoso com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos terá direito ao desconto mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem para os demais assentos do veículo do serviço convencional de transporte intermunicipal de passageiros.

Parágrafo único. Para fazer jus ao desconto previsto no *caput* deste artigo, o idoso deverá adquirir o bilhete de passagem obedecendo aos seguintes prazos:

I - para viagens com distância até 500 km com, no máximo, seis horas de antecedência; e

II - para viagens com distância acima de 500 km com, no máximo, doze horas de antecedência.

Art. 5º O "Bilhete de Viagem do Idoso" será emitido pela empresa prestadora do serviço, em pelo menos duas vias, sendo que uma via será destinada ao passageiro e não poderá ser recolhida pela transportadora.

§ 1º A segunda via do "Bilhete de Viagem do Idoso" deverá ser arquivada, permanecendo em poder da empresa prestadora do serviço nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias subsequentes ao término da viagem.

Art. 6º No ato da solicitação do "Bilhete de Viagem do Idoso" ou do desconto do valor da passagem, o interessado deverá apresentar documento pessoal que faça prova de sua idade e da renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos.

§ 1º A prova de idade do idoso far-se-á mediante apresentação do original de qualquer documento pessoal de identidade, com fé pública, que contenha foto.

§ 2º A comprovação de renda será feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações atualizadas;

II - contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III - carnê de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

IV - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo INSS, IPREV ou outro regime de previdência social público ou privado; e

V - documento ou carteira emitida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda ou Municipais de Assistência Social ou congêneres.

Art. 7º O idoso está sujeito aos procedimentos de identificação de passageiros ao apresentar-se para embarque, de acordo com o estabelecido pelo Departamento de Transportes e Terminais - DETER, em suas respectivas esferas de atuação.

Art. 8º O benefício concedido ao idoso assegura os mesmos direitos garantidos aos demais passageiros.

Parágrafo único. Não estão incluídas no benefício as tarifas de utilização dos terminais e as despesas com alimentação.

Art. 9º As infrações a esta Lei aplica-se o disposto no art. 13 da Lei nº 5.684, de 09 de maio de 1980.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de maio de 2010

Deputado Jorginho Mello

Presidente, e.e.

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 182/10

ESTADODE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1614

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, que "Altera o Anexo Único da Lei nº 14.529, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 14 de maio de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Florianópolis, 23 de abril de 2010.

Do Secretário de Estado da Fazenda

Dr. Cleverson Siewert

Ao Governador do Estado

DR. LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 039/2010

Senhor Governado do Estado.

1. Com os meus cumprimentos e com fulcro no art. 51, *caput*, da Constituição do Estado, venho propor a Vossa Excelência a edição de Medida Provisória que "Altera o Anexo Único da Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO".

2. Cumpre-me esclarecer a Vossa Exa., na oportunidade, que a medida representa, apenas, uma ATUALIZAÇÃO, PARA O ANO DE 2010, DO CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO, em conformidade com a solicitação formulada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, por intermédio do Ofício nº 1092/2010/COPEM/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 25 de março do corrente ano (cópia anexa), em função de não ter sido possível, ao Estado, firmar com o BID, ainda no exercício de 2009, o Contrato de Empréstimo autorizado pela norma legal supra referenciada.

3. Destaco a Vossa Exa., ainda, que o novo cronograma financeiro da operação, objeto da alteração pretendida, ao "Anexo Único" da Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008, obedece às normas da legislação de regência da matéria, em especial à Resolução 048/2007, do Senado Federal, bem como as condições e tratativas anteriores havidas entre o Estado e o Banco.

4. Finalmente, Entendo que os requisitos para a edição de Medida Provisória, previstos no art. 51, caput, da Constituição do estado - **relevância e urgência** - encontram albergue na pretensão ora apresentada, pelas razões que seguem:

a) dentre os inúmeros deveres impostos ao Estado, está o do atendimento preponderante ao interesse público que lhe compete efetuar e a plena garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Daí a **relevância** em se buscar alternativas de mecanismos que permitam ao Estado **melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência da gestão fiscal do Estado de Santa Catarina**, incrementar a receita e promover a melhoria do controle dos gastos públicos, **para a prestação de melhorias serviços aos cidadãos**;

b) com o encerramento das fases de Negociação final do Contrato de Empréstimo do PROFISCO a ser firmado com o Estado, toda a documentação está sendo preparada para encaminhamento da matéria à apreciação e aprovação do Senado Federal, conforme determina a Constituição Federal, bem como para aprovação pela Diretoria Executiva do BID, **razão pela as alterações aqui propostas precisam entrar em vigor o mais rápido possível**.

5) Em face exposto, manifesto-me pelo envio de Medida Provisória em anexo à Assembléia Legislativa Estadual, submetendo-a à apreciação.

Atenciosamente,

CLEVERSON SIEWERT

Secretário de Estado da Fazenda

OFÍCIO Nº 1092/2010/COPFM/SUBSEC4/STN/-DF

Brasília, 25 de março de 2010

Exmo. Senhor

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário do Estado da Fazenda

ASSUNTO: **Operação de Crédito Externo. Verificação de Limites, condições e análise da garantia da União.**

Senhor Secretário,

1. Refiro-me aos pedidos para realizar operação de crédito externo e concessão de garantia da União, efetivados pelo Governo do Estado de Santa Catarina - SC com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destina ao Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO, no valor de US\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de dólares).

2. Recebi, em 16/03/2010, a documentação encaminhada pelo Ofício nº 200/2010 de 10/3/2010. Entretanto, considerando que alguns dos documentos entregues não atendem aos requisitos previstos na Resolução do Senado Federal nº 48/2007, solicito o obséquio de suas providências no sentido de encaminhar a esta Secretaria, com a brevidade possível, os documentos e informações constantes da relação anexa, com vistas a dar continuidade à análise de crédito do processo.

3. Informo que eventuais consultas sobre o trâmite das operações de crédito nesta STN deverão ser realizadas por meio do seguinte endereço: "www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf/". No mapa apresentado, selecionar o "Estado", "Consultar" e "Situação das Operações de créditos analisadas pela STN".
Atenciosamente,

EDUARDO COUTINHO GUERRA

Subsecretário do Tesouro Nacional

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ANÁLISE DA CONCESSÃO DE GARANTIA

1. Autorização do órgão legislativo para a contratação da operação de crédito

Nesta etapa de verificação prévia de limites e condições e concessão de garantia da União não será feita exigência a respeito da incormformidade do Anexo único da Lei 14.875, de 14/10/2009, apontada por esta Secretaria por meio do Ofício nº 714/2010/COPEM/STN, de 5/3/2010. Entretanto, depois de concluída a etapa de negociação e definida as condições contratuais da operação, deverá ser encaminhada nova autorização do órgão

ANEXO ÚNICO

"ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA FINANCEIRO DA OPERAÇÃO

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL - PROFISCO.

(Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008)

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2010	11.633.586,00		554.327,29	554.327,29
2011	23.346.630,00		1.194.453,44	1.194.453,44
2012	25.527.051,00		1.316.864,97	1.316.864,97
2013	8.366.460,00		1.378.882,35	1.378.882,35
2014	1.236.273,00	2.190.937,50	1.395.189,00	3.586.126,50
2015		4.381.875,00	1.329.789,52	5.711.664,52
2016		4.381.875,00	1.242.590,20	5.624.465,20
2017		4.381.875,00	1.155.390,89	5.537.265,89
2018		4.381.875,00	1.068.191,58	5.450.066,58
2019		4.381.875,00	980.992,27	5.362.867,27
2020		4.381.875,00	893.792,95	5.275.667,95
2021		4.381.875,00	806.593,64	5.188.468,64

legislativo que guarde conformidade com o cronograma estimativo de utilização de recursos e demais condições financeiras.

2. Lei Orçamentária Anual do exercício em curso (LOA)

Encaminhar Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD), original ou cópia autenticada em cartório, indicando as dotações para pagamento dos encargos de operação. Enviar somente as páginas do QDD que contêm as informações referentes ao Programa, destacando-as.

3. Declaração do Chefe do Poder Executivo (datada) trazendo de forma clara os seguintes itens:

a) Informação acerca dos montantes previstas para a presente operação de crédito na Lei Orçamentária para 2010, com destaque para os montantes destinados ao ingresso dos recursos externos e contrapartida, bem como o pagamento do dispêndio da operação, incluindo juros e encargos, identificando as respectivas fontes e em saldo suficiente para arcar com as despesas previstas para este ano de execução do Programa. Caso a dotação prevista para pagamento dos encargos esteja orçada de forma global, é necessário informar na Declaração que a totalidade dos recursos contemplada no Orçamento, e que, na ocorrência de acréscimos eventuais serão os mesmos suplementados. A análise deste documento deve ser concomitante ao recebimento do Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) para que se possa fazer a confrontação dos dados. Ademais, na declaração encaminhada pelo estado for informado um valor destinado à contrapartida (fonte 02100 - contrapartida BID) menor do que o previsto no cronograma estimativo de utilização dos recursos. Solicita-se a correção dessa inconsistência.

4. Parecer técnico complementar :

Apresentar parecer técnico complementar (original ou cópia autenticada em cartório) contendo a assinatura do representante do órgão técnico, devidamente identificada, com o "de acordo" do Chefe do Poder Executivo, apresentando análise financeira da operação acompanhada do cronograma de dispêndio e avaliação das fontes alternativas de financiamento (art. 11, parágrafo único, alínea i, da Resolução nº 48/2007 do Senado Federal).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 182, de 14 de maio de 2010

Altera o Anexo Único da Lei nº 14.529, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008, passa a vigorar conforme Anexo Único desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 14 de maio de 2010

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

2022		4.381.875,00	719.394,33	5.101.269,33
2023		4.381.875,00	632.195,02	5.014.070,02
2024		4.381.875,00	544.995,70	4.926.870,70
2025		4.381.875,00	457.796,39	4.839.671,39
2026		4.381.875,00	370.597,08	4.752.472,08
2027		4.381.875,00	283.397,77	4.665.272,77
2028		4.381.875,00	196.198,45	4.578.073,45
2029		4.381.875,00	108.999,14	4.490.874,14
2030		2.190.937,50	21.799,83	2.212.737,33
TOTAL	70.110.000,00	70.110.000,00	16.652.431,79	86.762.431,79

"(NR)

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 138/10****SOCIESC EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**Joinville, 30 de abril de 2010 C.E. Diretoria Geral 038/2010
Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor

Em atendimento à legislação vigente, estamos encaminhando o Relatório de Atividades Gerais de 2009 e o Plano de Ação para 2010 da SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina.

Colocamo-nos à disposição de V. Ex^a. e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para esclarecimentos adicionais que, eventualmente, se fizerem necessários.

Apresentamos o nossos cumprimentos.

Cordialmente;

Sandro Murilo Santos

Diretor Geral

Sociedade Educacional de Santa Catarina

*Lido no Expediente**Sessão de 25/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 139/10**AJORPEME****Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa
Concessão do Título de Utilidade Pública****Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina.**

Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa - Ajorpeme fundada em 24/09/1984, sediada em Joinville - Santa Catarina, vem por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a concessão do título de Utilidade Pública Estadual instituída pela Lei nº 14.182, de 01 de Novembro de 2007, por se tratar de entidade dedicada a promover, estimular e propor medidas que permitam as empresas o desenvolvimento e fortalecimento harmônico de suas atividades, como parcela representativa no contexto econômico-social do Município, do estado e do País. Para o que apresenta a documentação anexa.

Joinville, 13 de Maio de 2010.

Gilberto Guilherme Boettcher**Presidente - Ajorpeme***Lido no Expediente**Sessão de 25/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 140/10**HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**

OFÍCIO HSVP/ADM 160/10 Mafra, 05 de maio de 2010

Exmo Senhor

DEPUTADO GELSON MERISIO

DD Presidente da Mesa

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis/Santa Catarina

Exmo Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pelo presente encaminhar a documentação necessária para a manutenção do título de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**, em conformidade com a Lei Estadual nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Os documentos são:

- Relatório Anual de Atividades do exercício de 2009;
- Cópia autenticada de Atestado de Funcionamento expedido pelo Chefe do Poder Municipal e Membro do Poder Legislativo Municipal;
- Cópia do Balanço Patrimonial ao ano de 2009 publicado no Diário Oficial do Estado;

- Certidão atualizada do Registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Cópia autenticada do Estatuto Social e da Ata de Eleição da Atual Diretoria;

Sem mais para o momento, reiteramos subscrevemos com protestos de nossa estima e consideração

Atenciosamente

Carolina Valério Soares

Coordenadora Administrativa

*Lido no Expediente**Sessão de 25/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 141/10**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CANOINHAS**

Ofício nº 046/2010

Canoinhas, 10 de maio de 2010.

Exmo. Sr.

Deputado Jorginho dos Santos Mello

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências prevista na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da APAE de Canoinhas, CNPJ 83.166.793/0001-40, com endereço para correspondência na Rua: Senador Felipe Schmidt, 658, Caixa Postal 30, Bairro: Centro, 89.460-000 Canoinhas, SC, entidade esta já declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 5.297 de 29/04/1977.

Pede Deferimento

Ana Helena Procopiak

Presidente APAE - Canoinhas

*Lido no Expediente**Sessão de 25/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 142/10**ASSOCIAÇÃO PASSOS DE INTEGRAÇÃO**

Ofício nº 039/10

Itajaí, 30 de Abril de 2010.

Ao Excelentíssimo Senhor

Gelson Merisio

Presidente

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: **Prestação de Contas.**

A fim de prestar contas referente ao Título de Utilidade Pública Estadual (Lei 13.296 de 10 de Janeiro de 2005), segue anexo Relatório Circunstanciado - Ano Referência 2009, desta Associação - PASSOS DE INTEGRAÇÃO, assinado pelo contador e representante legal da mesma.

Atenciosamente,

Aghata K. R. Gonsalves

Assessora Administrativa Financeira

*Lido no Expediente**Sessão de 25/05/10*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 143/10**SOCIEDADE ESPIRITA OBREIROS DA VIDA ETERNA**

Ofício nº 039/2010

Ilustríssimo Senhor

Deputado MANOEL MOTTA

DD. Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Senhor Presidente,

A SEOVE - Sociedade Espirita Obreiros da Vida Eterna, entidade filantrópica sem finalidade econômica, fundada em 1971, mantém entre suas Obras Assistenciais o Lar de Jesus com 25 (vinte e cinco) idosos em regime de longa permanência eo Grupo de Convivência para Pessoas Idosas "Amigas da Fraternidade - Regine Abreu".

Nossas Obras são mantidas com convênios firmados com os Governos Municipais, Estadual e Federal e com doações da Comunidade em geral.

Pelo exposto acima, vimos enviar a Vossa Senhoria o Relatório de Atividades da SEOVE - 2009 e o Balanço Patrimonial, para a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual. Fraternalmente,

Luiz Carlos Brochado
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 144/10
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
DE IRINEÓPOLIS/ SC
ESCOLA ESPECIAL " AMOR PERFEITO"

Ofício nº 037/2010
Irineópolis, 07 de maio de 2010
Exmo.Sr
Deputado GELSON MERÍSIO
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Excelentíssimo Senhor

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de Utilidade Pública da Apae de Irineópolis, com endereço para correspondência Rua Guanabara, 320, centro, CEP 89440-0000 Irineópolis/SC entidade esta já declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 6.991, de 14 de julho de 1987.

Pede Deferimento
Presidente/APAE
Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 145/10
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA
CEAS/SC

OF. CEAS/SC Nº 24/10 FLORIANÓPOLIS, 13 DE MAIO DE 2010
EXMO. SR.

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DEPUTADO GELSON MERÍSIO
PRAÇA TANCREDO NEVES
88.020 - 180 - FLORIANÓPOLIS - SC

SENHOR PRESIDENTE
COM OS NOSSOS CUMPRIMENTOS, ESTAMOS ENCAMINHANDO COM A FINALIDADE DE ASSEGURAR O STATUS DE UTILIDADE PÚBLICA RELATÓRIOS DE AÇÕES, BALANÇO E OUTROS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008 E 2009 DA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE E DE 2009 DO INSTITUTO LAR DA JUVENTUDE DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO PARQUE DOM BOSCO DE ITAJAÍ, RECEBIDOS NESTE CONSELHO.

2. OS REQUERIMENTOS DE ENCAMINHAMENTO ORIGINAIS ESTÃO EM ARQUIVO NESTE CONSELHO.
COLOCANDO-NOS À DISPOSIÇÃO DE VOSSA EXCELÊNCIA PARA OS ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, AGRADECEMOS AS PROVIDÊNCIAS.

ATENCIOSAMENTE,
MARIA CECÍLIA ANTONIA GODSFRIEDT
PRESIDENTE DO CEAS/SC

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 146/10
AGESC
AGENCIA REGULADORA DE SEVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA
Ofício Nº 112/2010-DEIX/AGESC
Florianópolis, 10 de maio 2010

Assunto: Esclarecimento sobre o procedimento Administrativo AGSC 26/09-3 Contrato de Concessão SCGÁS e seus reflexos na Tarifa do Gás Canalizado em Santa Catarina.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,
Ao Exceletíssimo Senhor
Dep. Gelson Luiz Merisio
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Vimos através deste, informar e esclarecer a Vossa Excelência sobre as ações da AGESC como agente regulador na fiscalização e normatização sobre a SCGÁS, Poder Concedente (ESTADO) e os Usuários (FIESC) a partir de Março de 2.007 onde assumimos como Diretor Executivo e Equipe:

A SCGÁS comumente desde 2.005, enviava seus pleitos de aumentos de tarifas para a AGESC simplesmente para aprovar e em seguida aguardava a oficialização através de uma Portaria AGESC publicada em Diário Oficial, nisso os aumentos estavam totalmente legalizados;

Esta sistemática já era corriqueira e dada sempre como uma das obrigações da AGESC;

Neste bravo período, percebemos que todo o usuário do gás canalizado, principalmente (setor cerâmico) passava por situações difíceis de competitividade comercial no mercado interno e externo. Analisando os resultados finais (balançetes) percebemos um possível desequilíbrio econômico financeiro entre os entes;

Após inúmeras reuniões junto a uma Equipe Técnica Qualificada através da Diretoria Executiva, Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro, Gerente de Energia, Administrador e o Chefe do Departamento Jurídico (todos comissionados com Nível Universitário e Especialistas) da AGESC, constatamos em 2.008 que deveria ser elaborado um estudo profundo através de especialista da área do gás com jurisprudências atualizadas através da Lei de Concessão nº 8.987-13/02/1995 à respeito do Contrato de Concessão do Gás Canalizado do Estado de Santa Catarina (desde 1994) para poder responder o que tínhamos constatado inicialmente como possível desequilíbrio econômico e financeiro entre o Poder Concedente (ESTADO), Concessionário, (SCGÁS) e Usuários;

No final de 2.008 obtivemos a primeira parte conclusiva deste projeto onde indicava evidências com alguns vícios contratuais e um possível desequilíbrio econômico financeiro para os Usuários e para o Estado num valor aproximado e R\$ 600.00.000,00 (seicentos milhões de reais) até 31/12/2.008 e podendo atingir R\$ 5 Bilhões de reais sem qualquer reajuste até o final do referido contrato, responsabilidade do Poder Concedente (ESTADO). O valor citado até 31/12/2.008 já é declarado na parte contábil fiscal SGÁS, em vigor. Sendo identificadas demais inconsistências jurídicas adotadas junto a distribuição das porcentagens das ações preferências e ordinárias entre os participantes. Do mesmo modo todos os reflexos financeiros adotados em investimentos, reflexos nos aumentos de tarifas e demais reflexos que são apontados no referido projeto influenciando em diferentes períodos comerciais. Possivelmente negativamente os seus resultados para os Usuários do gás e o Poder Concedente (ESTADO);

A AGESC como mote de suas ações, no sentido de transparência com responsabilidade nas suas fiscalizações e aprovações das tarifas justas aos usuários; prosseguiu na sequência aos trâmites legais em relação ao projeto citado sobre o Contrato de Concessão do Gás Canalizado do Estado de Santa Catarina, encaminhando ao Poder Concedente (ESTADO) um exemplar de todo o projeto desenvolvido e concluída a primeira parte; de igual procedimento para a Concessionária (SCGÁS). Depois de analisado o projeto da AGESC a pedido do Poder Concedente (ESTADO) a Procuradoria Geral do Estado através do Dr. Leandro da Silva Zanini ter exarada parecer PPGE Nº 612/090 e aprovado pelo Procurador Geral do Estado - Dr. Sadi Lima foi onde originou por parte do então Excelentíssimo Senhor Governador do Estado - Dr. Luiz Henrique da Silveira a necessidade urgente da publicação do Decreto nº 2.069 de 30/01/2.009 publicado no DOE;

A partir do Decreto nº 2.069/30/01/2009 a AGESC pode também tomar algumas medidas preventivas e imediatas anulando as Portarias AGESC Nºs 13/2006, 22/2006, 11/2007 e 09/2008, através da Portaria AGESC Nº 002 DE 03/02/2.009;

Após todos estas ações, em conjunto a AGESC iniciou o procedimento Administrativo AGSC 26/09-3 EM 29/05/2.009 as 14h00, onde oficialmente foi aprovado em reunião administrativa através do DIEX - Diretoria Executiva, do Conselho Superior, do Departamento Jurídico, da Gerência de Energia e do Departamento Administrativo e Financeiro, originou a Resolução do Conselho Superior - AGESC Nº 01-17/07/2.009, estabelecendo os procedimentos a serem adotados por todos os entes representantes e demais participantes. De início após as indicações dos representantes agendou-se as seguintes reuniões:

Representantes do Poder Concedente (ESTADO)

Dr. Leandro da Silva Zanini
Dr. Gerson Luiz Schwerdt

Representantes da Concessionárias (SCGÁS)

Diretorias - Presidente Ivan Ranzolin
Diretor Carlos Romeu Paes Leme e outros

Representantes dos Usuários (FIESC)

Sr. Otto Josef Muller
Sr. José Mario Gomes Ribeiro

AGESC

Diretor Executivo: Francisco Cardoso de Camargo Filho
Departamento Jurídico: Dr. Jorge Nestor Margarida e ou
Gerente de Energia: Marcelo Prestes
Departamento Administrativo e Financeiro: João Vincente

Scarpin

Conselho Superior: Presidente Guilherme Marchewsky
Reuniões convocados oficialmente pela AGESC:

Data: 14/setembro/2.009

Reunião cancelada na data, em atendimento de uma reunião agendada no dia pelo Excelentíssimo Senhor Governador Luiz Henrique

da Silveira com os participantes: AGESC, CELESC e SCGÁS. Resultado aguardar 60 (sessenta dias) de conversações e proposta entre as partes, sobre os possíveis desequilíbrios econômicos e financeiros apresentados pela AGESC.

Data: 06/novembro /2.009

Após passado o tempo de 60 (sessenta dias) e nenhuma posição foi encaminhada a AGESC em Reunião interna administrativa foi aprovado que a Diretoria Executiva da AGESC deveria enviar um documento aos Representantes do Poder Concedente solicitando instruções de uma data ou outra decisão para prosseguirmos com as reuniões do procedimento administrativo, assim foi feito e a AGESC não recebeu nenhuma instrução. Assim mesmo nova tentativa foi feita encaminhando um outro ofício ao Senhor Secretário de Estado de Coordenação e Articulação - Valdir Vital Cobalchini em 24/fevereiro/2.010 ficando registrado as ações e sempre na expectativa de alguma instrução. Nada aconteceu.

Data: 25/03/2.010

Como ação de responsabilidade, tendo como base Resolução do Conselho Nº 001/2.009, a AGESC tomou a iniciativa e convocou as partes para darmos prosseguimentos no Procedimento Administrativo AGSC 26/09-03. Onde a reunião atingiu os seus objetivos de esclarecimentos e tendo a AGESC como órgão aglutinador agindo para que exista em breve um equilíbrio financeiro e econômico desejado por todos para o bem estar do Estado, da Concessionária e dos cidadãos catarinenses. Tudo é muito possível.

Conforme consta a data 25/03/2.010, foi realizada a reunião onde foi dado explicações às partes integrantes sobre todas as partes do Procedimento Administrativos e com esclarecimentos aos participantes de todas as possíveis ações a serem oriundas deste procedimento. Foi apresentado também os objetivos da AGESC em relação ao Contrato de Concessão do Gás Canalizado do Estado de Santa Catarina de 1.994 sobre a possível adequação à Lei Nº 8.987 de 13/02/1.995 Concessões. Ficando agendado uma apresentação de proposta de alterações contratual por cada participante representante, possivelmente até 05/maio/2.010. Com o objetivo na sequência aos tramites legais deste procedimento administrativo.

Foi postado uma cópia integral do procedimento administrativo desde a sua instauração até a ata da última reunião, com toda a documentação pertinente aos representantes do Poder Concedente (ESTADO), da Concessionária (SCGÁS) e dos Usuários (FIESC).

Tomamos a liberdade para esclarecimentos que se fazem necessários de também deixar com Vossa Excelência uma cópia de todos os documentos pertinentes:

Volumes 1 e 2 do Procedimento Administrativo AGSC 26/09-3, e;

Encadernação (aproximadamente 500 folhas) do estudo, decretos, portarias e resoluções.

Sem mais, apresentamos cordiais saudações a Vossa Excelência elevando os protestos de alta estima, admiração e apreço.

Respeitosamente,

Francisco Cardoso de Camargo Filho
Diretor Executivo -AGESC

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 147/10

GRUPO DE VOLUNTÁRIOS DO HOSPITAL REGIONAL HANS DIETER SCHMIDT

Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual

Lei nº 11.469, de 06.07.00

Reconhecimento de Utilidade Pública Municipal

Lei nº 4.015, de 27.10.99

Reconhecimento de Utilidade Pública Federal

Portaria nº 1.322 de 18.05.04

À

Assembleia Legislativa

Do Estado de Santa Catarina

O Grupo de Voluntários do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, respeitosamente apresenta, o relatório, de suas atividades anuais e o balanço anual. Cumprindo determinação normativa advinda das Leis n. 10.436 de 1997 e nº 13.66, de 2005, que dispõem sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual. Para apreciação deste Parlamento, e para que esta entidade possa manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente.

Salvelina Maria de Jesus

Presidente

Lisete Carmen Gomes

Secretária

Joinville, 30/04/2010

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 148/10

Ofício n.º 007/10

Canoinhas, 04 de Maio de 2010.

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Luiz Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da ADEVI-PLAN (Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Norte Catarinense), CNPJ 06.250.017/0001-83, com endereço para correspondência na Rua Agenor Fábio Gomes, nº 371, entidade esta já declarada de utilidade pública pela Lei Estadual n.º 15.125/2010.

Pede Deferimento

Rita de Cássia Meleck

Presidente da ADEVIPLAN

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 149/10

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA CUBA

Porto Belo, 20 de abril de 2010.

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de SC

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação contida na Lei Estadual nº 14.444/2008, estamos enviando em anexo relatório Circunstanciado da Atividades da Associação durante o ano de 2009.

Pedimos perdão pela nossa falta, pois estamos enviando nosso relatório com atraso, esperamos superar esta falha nos próximos anos e pedimos que considere nosso pedido.

Em nome das crianças e adolescentes de Porto Belo, antecipamos nossos agradecimentos e colocamo-nos a seu inteiro dispor.

Atenciosamente,

Vanderlei Roslindo

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 150/10

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA "LAR DE JESUS"

Ofício nº 19/2010

Canoinhas, 11 de Maio de 2010.

À

À Assembleia Legislativa SC

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Florianópolis - SC

A Associação Espírita "Lar de Jesus", vem através deste, enviar o Relatório das Atividades Desenvolvidas e o Balanço Contábil do ano de 2009, conforme solicitado, para manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que tínhamos no momento, agradamos.

Atenciosamente

Salette A. Hess da Silva

1ª Secretária

Teodoro Sachweh

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 151/10

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA
CEAS/SC

OF. CEAS/ SC Nº 24/10

FLORIANÓPOLIS, 13 DE MAIO DE 2010.

EXMO. SR.

DD. Presidente da Assembleia Legislativa

Deputado Gelson Merísio

Praça Tancredo Neves

Senhor Presidente,

COM OS NOSSOS CUMPRIMENTOS, ESTAMOS ENCAMINHANDO COM A FINALIDADE DE ASSEGURAR O STATUS DE UTILIDADE PÚBLICA RELATÓRIOS DE AÇÕES, BALANÇO E OUTROS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008 E 2009 DA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE E DE 2009 DO INSTITUTO LAR DA JUVENTUDE DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO-PARQUE DOM BOSCO DE ITAJAÍ, RECEBIDOS NESTE CONSELHO.

2. OS REQUERIMENTOS DE ENCAMINHAMENTO ORIGINAIS ESTÃO EM ARQUIVO NESTE CONSELHO.

COLOCAMOS À DISPOSIÇÃO DE VOSSA EXCELÊNCIA PARA OS ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, AGRADECEMOS AS PROVIDÊNCIAS.

ATENCIOSAMENTE,
MARIA CECÍLIA ANTONIA GODSFRIEDT
PRESIDENTE DO CEAS/SC

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 152/10

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE TÊNIS

RELAÇÃO DE DOC. ENTREGUES A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009 DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE TÊNIS REFERENTE A DECLARAÇÃO DE ENTIDADE PÚBLICA ESTADUAL

1. Ofício nº 12/2010 Exmo. Sr. Deputado Maocir Sopelsa apresentando o relatório de atividades 2009;
2. Cópia da Declaração de Utilidade Pública Estadual;
3. Declaração Exmo. Sr. Deputado Moacir Sopelsa apresentando resumidamente o trabalho desenvolvido pela entidade;
4. Parecer do Conselho Fiscal, Balanço, Auditoria e Ata referente ao exercício financeiro 2009;
5. Relatório de atividades desenvolvidas pelo Departamento Técnico;
6. Cópia do Estatuto atual vigente;

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 153/10

Amimu - Associação dos Amigos da Música

Ofício nº 018/09 Caçador, 21 de maio de 2010

A
Moacir Sopelsa
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

A Associação dos Amigos da Música - AMIMU vêm por meio deste encaminhar a seguinte documentação para manter a concessão do título de Utilidade Pública Estadual:

- Relatório de Atividades;
 - Cópia Autenticada da 3ª Alteração do Estatuto;
 - Balanço e Demonstrativo do Resultado do Exercício
- Cordialmente,

Shirley Almeida Cavalheiro
Presidente da AMIMU

Lido no expediente
Sessão de 25/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 154/10

ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL
IRMÃS SACRAMENTINAS

Ofício nº 002/2010 Tubarão/SC, 21 de maio de 2010

Exmo Sr.
Gelson Merísio
DD. Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
Florianópolis/SC
Excelentíssimo Senhor,

Em conformidade com art. 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, vimos encaminhar a Vossa Excelência a documentação para o devido controle e manutenção do reconhecimento de utilidade pública da entidade Organização Educacional Irmãs Sacramentinas.

Sendo o que se apresenta para o momento, externamos protestos de estima e consideração

Atenciosamente,
Nórma Souza Barbosa
Vice-Diretora
Org. Educ. Irmãs Sacramentinas

Lido no expediente
Sessão de 26/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 155/10

Lar da Menina

Ofício nº 017/2010 Tubarão/SC, 21 de maio de 2010

Exmo Sr.
Gelson Merísio
DD. Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
Florianópolis/SC
Excelentíssimo Senhor,

Em conformidade com art. 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, vimos encaminhar a Vossa Excelência a documentação para o devido controle e manutenção do reconhecimento de utilidade pública da entidade Lar da Menina

Sendo o que se apresenta para o momento, externamos protestos de estima e consideração

Atenciosamente,
Iracema Soares da Silva
Diretora - Lar da Menina

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 156/10

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Of. 39/10
Balneário Barra do Sul, 19 de Maio de 2010.
M.D. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Ilmo. Sr. Gerson Merísio

Com nossas cordiais saudações a Associação de Pais e Amigos Excepcionais - APAE de Balneário Barra do Sul - SC vem através da presente enviar prestação de contas para revalidação da Certidão de Utilidade Pública Estadual.

Estamos enviando em anexo todos os documentos.

Era o que tínhamos para o momento e sabedores da sua habitual atenção para causas sociais e certos de podermos contar com sua atenção agradecemos.

Atenciosamente.
Gilmar Silva
Presidente da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 157/10

Ofício Nº 006/2010/CDBDB Botuverá, 24 de maio de 2010.

Ao Excelentíssimo Senhor
DEPUTADO GELSON LUIZ MERÍSIO
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Senhor Presidente:

Com meus cordiais Cumprimentos, venho à elevada presença de V.Sª, em nome do **CIRCOLO dei BERGAMASCHI di Botuverá**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.894.835/0001-44, encaminhar em epigrafe, os documentos relativos ao ano de 2009, requeridos pelo Atr. 3º da Lei nº 14.182, de 01/11/2007, para fins de manutenção do título de utilidade pública estadual, reconhecida pela Lei 14.491, de 01 de agosto de 2008.

Na certeza do efetivo cumprimento da norma legal, fico no aguardo de vossa manifestação.

Atenciosamente,

MOACIR MERÍSIO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 781, de 25 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0922/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **MARCIA BITTENCOURT DA SILVA**, matrícula nº 1401, por 06 (seis) dias, a contar de 19 de maio de 2010.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 782, de 25 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **GABRIEL BARBATO**, matrícula nº 1203, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Psicologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **ROSANI VIEIRA DE SOUZA**, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 30 de abril de 2010 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 783, de 25 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1454	Claudia Regina Rocha Cabral	30	17/05/10	0923/10
0707	Alberto Magno Paladini	10	18/05/10	0921/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DE MEDIDA PROVISÓRIA

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 00170/2010, DE 30 DE MARÇO DE 2010.

Fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de Procurador do Estado, a que se refere o art. 37, incisos X e XI e § 11, o art. 39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências.

Art. 1º Os integrantes da carreira de Procurador do Estado serão remunerados mediante subsídio mensal.

§ 1º O subsídio mensal do cargo de Procurador do Estado para o último nível da carreira é fixado, a partir de 1º de janeiro de 2011, no valor estabelecido na parte final do art. 1º da Lei nº 13.574, de 29 de novembro de 2005, com a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 460, de 22 de outubro de 2009, observando-se, em relação às demais classes da carreira o escalonamento hierárquico previsto na Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado na data da implantação do subsídio.

§ 2º Os Procuradores do Estado em exercício nos cargos de Procurador-Geral do Estado, Subprocurador-Geral do Contencioso, Subprocurador-Geral Administrativo e Corregedor-Geral, perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo; os Procuradores do Estado em exercício nos cargos de Sub-Corregedores e Procurador-Chefe de órgão de execução central perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo; os Procuradores do Estado em exercício na função de Procurador-Chefe de órgão de execução regional perceberão subsídios acrescidos de um percentual de 3% (três por cento) sobre o valor do subsídio do respectivo cargo efetivo.

§ 3º A indenização paga ao Procurador do Estado lotado na Procuradoria Especial em Brasília fica fixada no percentual de 20% (vinte) por cento do subsídio percebido pelo Procurador do Estado no último nível da carreira, conforme a hierarquia fixada na lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado na data da vigência do subsídio, não se incorporando à sua remuneração e aos seus proventos.

Art. 2º Na hipótese de o subsídio fixado importar em decréscimo da remuneração, tal diferença será paga a título de vantagem nominalmente identificada a ser absorvida em futuros reajustes do valor do subsídio.

Art. 3º Fica concedida aos servidores lotados na Procuradoria Geral do Estado a gratificação de Retribuição pelo Êxito Judicial e pelo Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa do Estado, e para a Secretaria de Estado da Administração e o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina a Gratificação de Retribuição pela Redução do Custeio Estadual, pelo Incremento Efetivo da Arrecadação dos Fundos e pela Arrecadação Previdenciária, nos termos, critérios e especificações previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 443, de 13 de maio de 2009 e decretos regulatórios inerentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto ao disposto no art. 1º a partir de 1º de janeiro de 2011.

Florianópolis, 12 de maio de 2010

MARCOS VIEIRA

Deputado Relator na Comissão de Finanças
e Tributação

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 006/10

Altera o parágrafo único do artigo 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O parágrafo único do artigo 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º Os atos municipais oriundos do poder executivo e legislativo que produzam efeitos externos serão publicados obrigatoriamente no diário oficial do município e em jornal local ou da microrregião a que pertencer, cuja escolha será decidida mediante certame licitatório.

§ 2º Ato oficial que produzam efeitos externos são aqueles cujo alcance ultrapassa o ambiente do próprio ente público e tenham repercussão na sociedade em geral.

§3º A publicação em mural público, por meio eletrônico ou de qualquer outra forma terá função complementar, não substituindo a publicação impressa.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em

Deputado Gelson Merísio Rogério Mendonça

Deputado Jailson Lima
Deputado Marcos Vieira
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Rogério Mendonça
Deputado Dagomar Carneiro
Deputado Antonio Ceron
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Serafim Venzon
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Décio Goes
Deputado Genésio Goulart
Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa a garantir a efetivação dos princípios da publicidade dos atos e da transparência, elencados expressamente pela Constituição Federal, como também pela Constituição Estadual.

É cediço que os princípios constitucionais podem e devem ser aplicados imediatamente nos casos concretos, ainda que não haja lei regulamentando-os. E se houver, a lei deve ser aplicada conforme a Carta Magna. Assim, o conteúdo do princípio da publicidade será necessariamente no sentido de dar conhecimento ao público dos atos oriundos da Administração. Por isso, existem, nos diversos entes federados, órgãos oficiais de divulgação dos atos da administração, quais sejam: os diários oficiais.

Todavia, a publicação em diários oficiais, a pretexto de cumprir o princípio da publicidade, se por meio de informações cifradas, sob números de processos, códigos, leis, decretos e portarias, não garante a maior parte da sociedade o acesso e a compreensão do conteúdo ali disposto.

Nesse ínterim, há que se convir pela existência de uma larga diferença entre cumprir o imperativo legal que ordena que os atos administrativos sejam publicados e obedecer ao princípio da publicidade dos atos em sua plenitude constitucional. É neste sentido que deve ser analisado, por exemplo, o art. 21, inciso III, da Lei 8.666, de 1993, que de forma clara estabelece que todos os atos deverão ser publicados, com antecedência, no mínimo, por uma vez em jornal diário de grande circulação.

Por isto, ainda que haja dispositivos legais que estabeleçam padrões de publicação, estes devem ser observados como padrões mínimos, muitas vezes insuficientes para dar a devida e desejada publicidade dos atos administrativos, razão pela qual a análise qualitativa do jornal é imprescindível para se fazer um juízo de valor sobre a pertinência de sua utilização. Ou seja, é lícito e razoável que o poder público estabeleça estratégias de divulgação dos atos administrativos de modo a cumprir com finalidade última da publicidade, qual seja: a de muitos alcançarem.

Por outro lado, não se pode negar a dificuldade de acesso dos moradores das zonas rurais na obtenção de informações transmitidas pela internet, pois o acesso, quando se tem, é feito somente na forma discada, que só é disponível quando existe telefone fixo por fio. Assim mesmo, quando o cidadão da zona rural possui um computador e tem acesso a um provedor de internet, ele sofre com a má qualidade do serviço devido à baixa velocidade e à instabilidade de conexão de dados. Desta forma, admitir que a publicação dos atos oficiais seja promovida somente por meio eletrônico vai de encontro

com o princípio da transparência, pois estaria se exigindo a utilização de computadores conectados à rede para a obtenção de informação de atos públicos.

O tema "divulgação dos atos públicos" vem sendo discutido em todo país e em todas as esferas do Estado, com o objetivo de garantir que a publicação alcance de fato o maior número de pessoas, bem como de assegurar a transparência da administração dos recursos públicos.

Tendo em vista que a publicação na forma documental, através da imprensa escrita, garantirá transparência ao cidadão, como também contribuirá para a moralização e fiscalização pela sociedade dos atos do poder público, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 146/10

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de São Sebastião do Canoas, de Palmeira.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de São Sebastião do Canoas, com sede no município de Palmeira.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Ozair Polaco

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de São Sebastião do Canoas, com sede no município de Palmeira.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem por finalidades lutar pelo bem comum em todos os seus aspectos e integrar a comunidade em reuniões culturais e educativas, dentro de princípios éticos imprescindíveis na vida em sociedade, entre outras ações.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 147/10

Institui o Dia Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer Infantojuvenil e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer Infantojuvenil, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado anualmente no dia 23 de novembro.

Art. 2º Os objetivos do Dia Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer Infantojuvenil são:

- I - estimular ações educativas e preventivas relacionadas ao câncer infanto juvenil;
- II - promover debates e outros eventos sobre as políticas de atenção integral às crianças com câncer;
- III - apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol das crianças com câncer;
- IV - difundir os avanços técnico-científicos relacionados ao câncer infantil; e
- V - apoiar as crianças com câncer e seus familiares.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputada Angela Albino

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

JUSTIFICATIVA

Consciente de que o câncer tem cura, quando descoberto precocemente, e visando incentivar e promover, em nosso Estado, o importante movimento nacional pelo combate ao câncer infantojuvenil, proponho a instituição do "Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer Infantojuvenil", para que nossas crianças, jovens, pais, profissionais da saúde, professores e toda a comunidade catarinense, recebam informações sobre como prevenir e diagnosticar esse câncer, e como proceder em caso de suspeita.

Dessa forma, considerando que as chances de cura são reais e não apenas um sonho como outrora, sobretudo se o diagnóstico for efetivado nos estágios iniciais da doença, a presente proposição almeja fazer do dia 23 de novembro um dia especial de estudo, debate, reflexão, informações, aconselhamento e apoio às nossas crianças e jovens sobre atitudes que promovam a saúde e o bem-estar, bem como a prevenção e o combate ao câncer.

Portanto, diante do exposto tal projeto se justifica.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 148/10

Institui o Dia Estadual e a Semana Comemorativa da Capoeira.

Art. 1º Ficam instituídos o Dia Estadual e a Semana Comemorativa da Capoeira, a ser comemorado anualmente no dia 20 de novembro.

Art. 2º O Dia Estadual da Capoeira tem os seguintes objetivos:

I - disseminar o conhecimento sobre a Capoeira, no contexto cultural;

II - desenvolver ações que visem o conhecimento e a disseminação da prática da capoeira como esporte; e

III - incentivar, por meio de seminários, palestras, concursos e rodas de capoeira, a perpetuação da capoeira como cultura afro-brasileira.

Art. 3º A semana em que recair o dia 20 de novembro constituirá a Semana Comemorativa da Capoeira.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Angela Albino

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

JUSTIFICATIVA

A iniciativa de propor a instituição do Dia Estadual e Semana Comemorativa da Capoeira visa disseminar o conhecimento da capoeira no contexto cultural e incentivar sua prática como esporte.

A capoeira foi inserida e desenvolvida no Brasil pelos escravos africanos e seus descendentes e hoje é tida como arte marcial afro-brasileira, com movimentos ginástico-acrobáticos que simulam luta e dança, acompanhados de instrumentos musicais, como o berimbau, o pandeiro e o atabaque.

É, portanto, expressão cultural genuína que deve ser perpetuada pela disciplina que impõe e pelos benefícios que sua prática traz ao indivíduo e, por extensão, à comunidade.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 149/10

Declara de utilidade pública a Associação Grupo Teatral Paixão de Fraiburgo.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Grupo Teatral Paixão, com sede no município de Fraiburgo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

JUSTIFICATIVA

A Associação Grupo Teatral Paixão do município de Fraiburgo é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 26 de julho de 2008, que tem por finalidade o bem estar cívico, cultural, social e moral da comunidade do município de Fraiburgo, incentivando aos moradores desta cidade a prática do teatro para servirem suas comunidades, sem visar recompensa financeira pessoal, estimular a eficiência e promover elevado padrão de vida.

Para que a referida entidade possa dar continuidade aos trabalhos sociais que vem desenvolvendo ao longo de seus anos de atividade, e diante do exposto, faz-se necessário o reconhecimento desta Associação no Município de Fraiburgo, que tantos benefícios trarão a comunidade.

Certo de estar atendendo a vontade da população do grandioso município de Fraiburgo venho solicitar o apoio dos Nobres Pares Deputados neste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 150/10

Declara de Utilidade Pública a Família Trentina Di Mirim Doce.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a Família Trentina Di Mirim Doce, com sede e foro na cidade e Comarca de Mirim Doce.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

JUSTIFICATIVA

A Família Trentina Di Mirim Doce é uma instituição civil de direito privado, organizada na forma de uma associação, de caráter cultural, de intercâmbio profissional e de promoção social, sem fins lucrativos. Possui personalidade jurídica distinta da pessoa de seus associados, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação. O prazo de duração da Família Trentina Di Mirim Doce é por tempo indeterminado, só podendo ser dissolvida nos termos deste Estatuto Social e pelas Leis Cíveis em vigor.

A Família Trentina Di Mirim Doce tem por finalidade:

- Representar a comunidade do Município de Mirim Doce e Região do Alto Vale Catarinense perante as autoridades, entidades e comunidades da Região Trentino Alto-Adige, do Governo Italiano, e outras regiões da Itália;

- promover, incentivar e manter intercâmbios culturais, científicos, artísticos, profissionais e econômicos com as comunidades da Região Trentino Alto-Adige e outras regiões da Itália, de onde vieram os antepassados, que vivem no município de Mirim Doce e Região do Alto Vale do Itajaí;

- promover, incentivar e manter a preservação das tradições, dos costumes e das festividades dos antepassados, dedicando-se também ao ensino e ao cultivo da língua italiana e de seus dialetos;

- preservar o patrimônio histórico-cultural com a criação e manutenção de museus, casa de culturas, corais típicos, cantos tradicionais, monumentos, igrejas, capelas, oratórios, edificações tradicionais, e documentos antigos dos ascendentes e descendentes de trentinos que vivem no Município de Mirim Doce e Região do Alto Vale do Itajaí;

- promover viagens à Itália, bem como o folclore, jogos e danças típicas;

- promover encontros culturais, festividade e atividades assistenciais com a participação dos associados, a realização de cursos, conferências, palestras, reuniões e atividades sociais, bem como a divulgação de obras literárias e científicas, e outras de interesse cultural;

- despertar na consciência de seus associados os esforços empreendedores na realização de atividades que contribuam e dignifiquem integração cultural, social, política e econômica;

- enaltecer os valores dignidade, tolerância, inteligência, virtude, trabalho, estudo, responsabilidade e compromisso participativo na construção de um humanismo que tenha por fulcro a liberdade, a igualdade e a fraternidade; e

- patrocinar por todas as formas possíveis a união e a cordialidade entre os associados.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Família Trentina Di Mirim Doce", solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 151/10

Torna obrigatória a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica no âmbito do Estado de Santa Catarina de seus direitos na forma que menciona.

Art. 1º Para efeito do disposto no inciso II do art. 7º da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica no âmbito do Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a publicar nas faturas mensais dos consumidores informação sobre direito de ressarcimento nos termos da lei e das normas em vigor, como o que se segue:

"O consumidor de energia elétrica tem direito a receber indenização ou conserto de seus aparelhos elétricos danificados por falta, queda ou aumento da tensão da energia elétrica. Em caso de dúvidas ligar para o órgão fiscalizador competente (167 - ANEEL)."

Art. 2º As concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica terão prazo de 60 (sessenta) dias para se adequar a presente lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Edison Andriano

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto tem por objetivo ampliar o conhecimento dos consumidores sobre os seus direitos, estabelecidos pela legislação competente, em especial sobre as normas regulamentadoras destinadas aos usuários de serviços de energia elétrica a exemplo das Resoluções Normativas ANEEL n.º 61, de 29 de abril de 2004 e n.º 360, de 14 de abril de 2009.

A obrigatoriedade de divulgação da possibilidade de ressarcimento de danos causados por qualquer eventualidade ocorrida no sistema elétrico minimiza os prejuízos causados aos usuários e cerca o serviço de maior eficiência, considerando que a concessionária, permissionária ou autorizada terão maior comprometimento com a prestação dos serviços à população, ao mesmo tempo atende o princípio constitucional da publicidade e transparência.

Devido à falta de informação inúmeros consumidores desconhecem seu direito e, segundo o inciso II do art. 7º da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, é um direito de toda a população receber informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

Portanto, é baseado no acima exposto que apresento esta proposição, com o intuito de beneficiar a todos os consumidores de nosso Estado, e certo da compreensão dos nobres colegas acerca da importância do aqui tratado é que conto com o apoio de todos na aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 027/10 ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 864/2010-GP

Florianópolis, 24 de maio de 2010

Exmo. Sr.

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa

NESTA

Assunto: Projeto de Lei Complementar

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta casa, Projeto de Lei Complementar que "Acrescenta o item III no número 2 da Tabela II da Lei Complementar n. 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.169, de 2000", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado da respectiva justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 25/05/10

Projeto de Lei Complementar PLC/0027.7/2010

Acrescenta o item III no número 2 da Tabela II da Lei Complementar n. 219, de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.169, de 2000.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a
Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei
Complementar:

Art. 1º A Tabela II - Atos do Oficial do Registro de Imóveis - da
Lei Complementar n.219, de 2001, passa a vigorar acrescida do item
III ao número 2, com a seguinte redação:

2.
I -

II -

"III - É gratuito o ato de averbação de encerramento de
matrícula na serventia de origem quando da redivisão de área
e criação de nova serventia".

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da
sua publicação.

Florianópolis,
LEONEL PAVAN
Governador do Estado

Justificativa

O presente projeto de lei complementar visa disciplinar a
questão da cobrança de emolumentos quando da redivisão de área e
instalação de nova serventia.

Pelo princípio da continuidade e buscando evitar a
duplicidade de matrículas, imediatamente após a arbetura da matrícula
na nova serventia, esta através de cópia do registro, certidão ou ofício
imobiliário originário para ser averbado o encerramento do registro ou
matrícula (Provimento n.41/99 e art. 782 do Código de Normas).

Atualmente a redivisão da área e a instalação de nova
serventia é ato decorrente de conveniência do Poder Público, no âmbito
de gestão interna, mas que, acaba por imputar ao particular ônus que
independe do seu interesse, e não corresponde à movimentação à qual
tenha dado causa.

Nesse contexto, tem-se que a isenção do emolumentos é
medida que se impõe, posto que decorrente exclusivamente de ato do
Poder Público.

Diante disso, faz-se necessário suprimir a necessidade de
complementar o Regimento de Custas e Emolumentos, no sentido da
total isenção de emolumentos na hipótese discutida.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 028/10

Altera a Lei Complementar n.º 495, de 26
de janeiro de 2009, que institui as Regiões
Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do
Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de
Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e
de Tubarão.

Art. 1º Acrescente o art. 6º-A à Lei Complementar n.º 495 que
conterá com a seguinte redação:

"Art. 6º - A O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana
do Alto Vale do Itajaí será integrado pelos municípios de Rio do Sul,
Taió, Ibirama e Ituporanga.

§ 1º A área de expansão metropolitana da Região
Metropolitana do Ato Vale do Itajaí será integrada pelos municípios de
Aglrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste,
Trombudo Central, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete,
Santa Terezinha, Dona Emma, José Boiteux, Lontras, Presidente
Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles, Witmarsum, Ituporanga,
Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia,
Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das sessões,
Rogério Mendonça
Deputado

Lido no Expediente
Sessão de 26/05/10

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta à consideração dos Pares deste
Parlamento visa a instituir a Região Metropolitana do Alto Vale do Itajaí
no Estado de Santa Catarina.

Considera-se região metropolitana o agrupamento de
municípios vizinhos, em processo de conurbação, com aspectos
geoeconômicos e sociais semelhantes, que exijam planejamento
integrado, organização e execução compartilhada.

A Lei Complementar n.º 495 instituiu inúmeras Regiões
Metropolitanas com o intuito de propiciar de forma mais adequada o
combate às desigualdades e à exclusão social, promovendo a melhoria
da qualidade de vida por meio de políticas comuns. Todavia, a referida
norma esqueceu-se de contemplar a Região do Alto Vale do Itajaí, a
qual está impedida de participar dessas políticas públicas tão benéficas
ao desenvolvimento dos municípios.

A Região do Alto Vale contém uma população de 250.000
habitantes e representa uma área de 7% de todo o território catari-

nense, dividida em 28 municípios. Os diversos seguimentos sociais
serão beneficiados com investimentos em setores como turismo,
indústria, segurança, agricultura e saúde.

Assim, considerando a pertinência da matéria em questão,
solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação da Emenda Aditiva à Lei
Complementar n.º 495, de 26 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 005/10

Altera o art. 1º da Resolução n.º 008, de
2009, que redefine o valor referencial de
vencimento dos servidores do Poder
Legislativo.

Art. 1º O art. 1º da Resolução n.º 008, de 30 de setembro
de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores
do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei n.º 13.669, de
28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R\$ 325,83
(trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos)."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta
Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias
consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa, observados o
relatório de gestão fiscal, o limite prudencial e as vedações do art.
20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua
publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2010.

Art. 4º Fica revogada a Resolução n.º 010, de 03 de
dezembro de 2009.

Sala das Sessões,
Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

Lido no Expediente
Sessão de 25/05/10

JUSTIFICATIVA

A Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
submete à apreciação de Vossas Excelências Projeto de Resolução
com o propósito de fazer a recomposição do valor referencial de
vencimento dos servidores do Poder Legislativo, referente ao
período de janeiro a abril de 2010.

A iniciativa da proposição legislativa decorre da necessidade
de se estabelecer a revisão anual expressa no § 4º do art. 32 da
Resolução n.º 002, de 11 de janeiro de 2006, que estabelece o mês de
maio de cada ano como data-base para a negociação salarial da
categoria dos servidores do Poder Legislativo, e atende a solicitação do
sindicato dos servidores da Assembleia Legislativa.

Na elaboração do presente Projeto de Resolução foram
observados os seguintes requisitos:

1 - o atual valor referencial de vencimento foi fixado em R\$
314,61 pela Resolução n.º 010, de 03 de dezembro de 2009; e

2 - correção de 3,56588% no valor referencial de vencimento
referente aos meses de janeiro a abril de 2010, com os índices do IGP-
M, da Fundação Getúlio Vargas.

Na implementação do novo valor referencial de vencimento
estão sendo considerados a disponibilidade orçamentária, o limite
prudencial, as vedações do art. 20 da Lei de Responsabilidade
Fiscal e o relatório de gestão fiscal da Assembleia Legislativa.

Importa ressaltar que a aplicação do reajuste aos
servidores está em consonância com o disposto no inciso VIII, do
art. 73, da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece
normas para as eleições, e somente permite a revisão geral da
remuneração dos servidores públicos, a partir de abril do corrente
ano, para recompor a perda do poder aquisitivo com os índices de
inflação registrada no ano da eleição, razão pela qual o valor do
IGP-M de 3,56588%, foi apurado apenas com os índices de inflação
dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril do atual exercício
financeiro.

A proposição está instruída com os seguintes documentos,
ora anexados: (I) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no
exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e (II)
declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação
orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibi-
lidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias,
conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei
Complementar n. 101, 4 de maio de 2000.

*** X X X ***